



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária e Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2266/15	DATA: 29/10/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 14h27min	PÁGINAS: 106

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUILHERME NARCISO DE LACERDA - ex-Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.
LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Administrador cadastrado pela Empresa LF Rating junto à Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos e tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 20ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está dispensada a leitura da Ata a pedido do Deputado Rocha.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos e tomada de depoimentos dos Srs. Guilherme Narciso de Lacerda, ex-Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF; Antônio Luiz Mello e Souza, sócio-diretor da ASM Asset Management; e Luiz Fernando Lopes Filho, administrador cadastrado pela empresa LF Rating junto à CVM.

Informo a V.Exas. que o Deputado Fernando Francischini requereu, com base no art. 114, inciso XV, do Regimento Interno, retirar a tramitação de Requerimento nº 287.

É importante a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados — solicito especial atenção — para o seguinte. Informo que o Sr. Antônio Luiz de Mello e Souza apresentou atestado médico no dia de hoje para justificar o seu não comparecimento. O Sr. Antônio Luiz de Mello e Souza é o representante da ASM Asset Management.

Quem sabe tenha sido apenas uma coincidência, mas a justificativa para não comparecer à CPI no dia de hoje foi uma crise hipertensiva. Então, semana que vem, Deputado Marcus Pestana, o atestado é de 72 horas... Vamos fazer o registro de que há centro médico aqui na Câmara dos Deputados e que poderá verificar e atestar a sua pressão sempre que preciso. Portanto, semana que vem, terça-feira, iremos fazer a oitiva do Sr. Antônio Luiz de Mello e Souza.



Não havendo ainda quórum, passemos à reunião de audiência pública para tomar o depoimento do Sr. Guilherme Narciso de Lacerda, ex-Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.

Peço, por favor, que tome assento à mesa. O Relator já comunicou que está a caminho e rapidamente chegará aqui.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Já com a presença do Relator, gostaríamos de passar a palavra ao Sr. Guilherme Lacerda, pelo prazo de 20 minutos.

O senhor pode se balizar pelo cronômetro que está ali, que contará o seu tempo.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Bom dia, Sr. Presidente da CPI, Deputado Efraim Filho. Bom dia, Sr. Relator, Deputado Sergio Souza. Bom dia, Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, e demais integrantes aqui da Mesa.

Quero cumprimentar o segundo depoente que vai participar também. Quero cumprimentar, em primeiro lugar, todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. Quero cumprimentar todos os seus assessores e jornalistas. Quero cumprimentar todos aqueles que estão acompanhando com muito empenho esta CPI.

Quero, de uma maneira muito especial, cumprimentar os participantes dos fundos de pensão e em especial os participantes da FUNCEF que acompanham também esta Comissão. Eu considero que os participantes da Fundação, e também de outras entidades, têm todo o interesse de acompanhar os trabalhos. Eles são os verdadeiros donos dos fundos de pensão, e é muito legítimo e importante que eles estejam acompanhando.

Eu estou vindo aqui à Comissão como testemunha, com a obrigação de dizer rigorosamente os fatos como eles ocorreram, dentro do período em que eu atuei. E quero dizer que esta é uma oportunidade que eu tenho para recuperar um pouco do período em que estive... Eu fiquei do início de 2003 até início de 2011.

A apresentação que eu vou fazer é concisa. Espero nem mesmo tomar este tempo todo de 20 minutos, porque já estive aqui nesta Comissão o Presidente atual, que fez uma apresentação mais minuciosa, de que eu tomei conhecimento, não é?



Então, eu quero deixar claro que eu vou fazer um esforço de me ater aos fatos. Tentei rememorar... A partir do momento em que eu fui convocado, empenhei-me em recuperar os fatos, com os assessores da Fundação, porque, realmente, há quase 5 anos que eu estou afastado totalmente da entidade.

Antes, também, de fazer a apresentação, vou me apresentar. Acho que é fundamental as pessoas... Uns me conhecem, outros não. Tenho vários conhecidos aqui entre os Deputados, entre outras pessoas que estão acompanhando, mas é importante eu me apresentar.

Eu sou formado em Economia. Formei-me em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalhei antes disso no Banco do Brasil, durante um tempo. Depois fui professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, durante os anos 80 e parte dos anos 90. Posteriormente, passei e fui professor da Universidade Federal do Espírito Santo, à qual tenho uma vinculação, e hoje estou como professor aposentado em função até da licença que eu tinha que tirar por causa da Fundação. Ocupei diversos cargos pela minha formação técnica, pela relação com as pessoas que me convidavam, pelos órgãos e entidades. Fiz mestrado na USP, em Economia. Posteriormente, fiz doutorado na UNICAMP. Fiz várias consultorias, vários trabalhos, varias pesquisas. Essa, então, é minha formação profissional.

Fui Secretário da Prefeitura de Belo Horizonte, fui Diretor do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, fui Secretário de Planejamento do Estado do Espírito Santo. Posteriormente, depois de um período sem envolvimento com cargos específicos, fui Secretário de Finanças do Município de Vila Velha, na gestão do então Prefeito Max Filho, que hoje é Deputado Federal pelo PSDB, na atual Legislatura.

Em 2003, fui convidado pela Caixa Econômica Federal — a patrocinadora — para assumir esse desafio de contribuir, de tentar tocar a FUNCEF, e saí no início de 2011.

Essa apresentação, então, parte do seguinte.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é um quadro como estava a FUNCEF em 2003.

Eu quero deixar bem claro aqui que tudo o que eu vou apresentar, como é uma obrigação, dentro das exigências que se fazem, tudo isso está disponível, e a



CPI tem todas as prerrogativas para apurar, para conhecer e para ter em mãos as informações com detalhes.

Na realidade, quando nós chegamos à FUNCEF em 2003, a situação era muito complexa, muito difícil. Existiam 26 processos no Ministério Público Federal; na Polícia Federal, com ofícios, com cobranças que foram chegando naquele primeiro momento em que nós tínhamos assumido; na CVM, questões pendentes na CVM; e na SPC, anterior à PREVIC que temos hoje.

Essa lista de processos está aqui disponível e pode ser depois recebida pelos senhores. Isso tudo é público, não é?

Existiam vários investimentos com riscos elevados, e eu quero dar dois exemplos aqui. Poderia dar muitos outros, mas há o caso das ferrovias paulistas, que era a Brasil Ferrovias, a *holding* que englobava a Ferronorte, a Ferroanel, a Novoeste e a Ferroban, e também toda a problemática em toda a telefonia e outros projetos de investimentos que tinham como gestor o Opportunity, que foi alvo de muitas e tantas discussões aqui no Brasil, durante um bom tempo.

A imagem institucional da FUNCEF era profundamente negativa, desgastada. Eu falo isso com muita responsabilidade. Não quero ficar entrando em detalhes; não quero ficar tripudiando em cima disso, mas o fato é que, à época, a imagem institucional da FUNCEF estava muito desgastada.

Existiam contratos muito perversos para a Fundação. A FUNCEF é uma entidade que tem o maior número de imóveis em termos relativos ao seu patrimônio, não é? Tinha, à época em que eu estive lá, e ainda tem, por causa até da relação com a Caixa Econômica, que repassava vários imóveis, alguns bons, outros nem tanto, para a Fundação (*ininteligível*) quando precisava fazer os seus aportes; isso, ao longo do tempo, desde o final dos anos 70. E existia ameaças de grandes riscos, grandes problemas. Existia uma baixíssima governança, baixas normas de gestão. Por outro lado, acho que é muito importante isso para todos os aposentados, é um assunto, às vezes, árido, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. É um assunto árido, mas essa coisa de plano de previdência fechada... Eu acho muito bom que haja esta CPI, é a segunda que está havendo sobre fundo de pensão. Porque é preciso entender bem a complexidade que é, realmente, administrar fundos fechados. Contrapondo a fundos fechados, há fundos abertos, que têm rentabilidades menores



que fundos fechados, inclusive, que são os fundos geridos pelos bancos. E a FUNCEF, naquele momento, tinha 16 mil funcionários da Caixa sem acesso à previdência. Chegou a ter 16 mil funcionários sem ter acesso à previdência porque havia um litígio muito forte dos funcionários para com a patrocinadora. O fundo estava fechado, e os que tinham sido reconstruídos, no momento seguinte, estavam sob demanda judicial. Eu quero registrar uma coisa que me emociona, porque tínhamos 1.500 aposentados muito idosos — e aposentadas —, senhoras e senhores, de idade avançada, de mais de 80 anos, que tinham sido aposentados antes de 77, que é o famoso Fundo PMPP, que não tinham tido acesso à FUNCEF. Esse pessoal estava no limbo. Eles ajudaram a construir a FUNCEF, e não tinham acesso à FUNCEF. E nós brigamos muito, lutamos e, graças a Deus, conseguimos incluí-los na FUNCEF. Naquela época, eram 1.500; hoje em dia, o número é bem menor. Eu tenho lembrança de saudosas pessoas que nos ajudaram muito, pessoas, especialmente, a maioria, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. E também havia um número de mais de 2 mil pessoas do PREVHAB, da antiga previdência do BNH. Bom, vamos às providências. Vou tentar adiantar, porque já passamos um bom tempo do prazo. O diagnóstico da situação, nós fizemos. Chegamos lá e fizemos um diagnóstico rigoroso — está à disposição dos senhores —, visitamos todos os órgãos fiscalizadores: a Secretaria de Previdência Complementar, a CVM, o Ministério Público Federal — diversas visitas, diversos diálogos — e a Polícia Federal. Estivemos na Polícia Federal, no Ministério Público, apresentamo-nos, criamos um grupo de trabalho e falamos: *“Olha, este grupo de trabalho está à disposição para prestar todas as informações sobre esses 26 processos que vocês estão investigando ao longo do tempo”*. Quero deixar claro que esses problemas não surgiram no momento imediato. O meu antecessor, do Governo anterior, de tudo era o responsável. Quero deixar bem claro isso, porque não era. Foi um período muito ruim para a FUNCEF, o período de 1996 a 1998, inclusive porque gestores da Caixa sofreram processos, e um foi demitido por justa causa. Então, eu não estou aqui fazendo uma crítica, dizendo que a pessoa que estava até 2002, 2001, aquele a que sucedi, era o responsável por isso. Quero deixar bem claro isso, porque é muito cômodo chegar aqui e falar que tudo era muito ruim, falar que era uma pessoa que estava aqui antes. Não é isso. Foi no período



dos anos 90, especialmente nesse triênio 1996, 1997, 1998. Acolhemos na Caixa Econômica mais de 10 auditores, chegou a haver 16 auditores no período, da Caixa Econômica, que foram requisitados pelo Ministério Público Federal e que ficaram conosco lá durante muitos anos — dois anos e meio ou três anos, se não me engano. E demos todo o nosso apoio, buscando soluções para aqueles problemas que existiam à época. E uma coisa específica e importante a ser dita é que foi feito o acordo judicial com a Caixa Econômica. Em abril de 2003, fechamos um acordo judicial com a Caixa Econômica, que tinha sido aprovado no Governo anterior ainda, no Governo do Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 2002. Tinha sido aprovado na Caixa, e nós tínhamos que convalidar isso na FUNCEF. E assinamos. Isso permitiu que a FUNCEF recebesse 2,7 bilhões, que vinham se arrastando há muitos anos. Então, eu quero ressaltar: isso já tinha sido iniciado no Governo anterior, e nós fechamos neste Governo. Esse acordo foi feito com uma condição: a Caixa Econômica e o sindicato dos trabalhadores, sindicato dos funcionários, inclusive dos aposentados, exigiam que se criasse uma comissão tripartite para resolver o problema dos planos de benefícios, inclusive porque as aposentadorias tinham ficado 9 anos sem reajuste; 9 anos tendo 1% de reajuste no período anterior — 1% de reajuste! —, e isso tinha causado uma defasagem muito grande nos benefícios. Bom, quais são os marcos da gestão de 2003 a 2010? Eu queria mostrar — isto é importante — que quando nós assumimos o valor estava abaixo de 10 bilhões, o valor não chegava a 10 bilhões quando nós assumimos a fundação. Quando nós saímos, estava próximo de 44 bilhões — 43,8 bilhões, próximo de 44 bilhões. A rentabilidade desse período — esse número informa 3 meses adiante, por isso que está diferente do seguinte — foi de 310%; rentabilidade global de 310% contra 154,3% da meta atuarial. Então, é uma diferença muito grande, que foi fundamental para fazer o que nós fizemos — é o que eu vou mostrar em seguida —, sem precisar tirar recursos da Caixa Econômica, como em outros fundos aconteceu. Outros fundos tinham que fazer ajustes do passado e tinham que fazer aportes. Então, no caso da Caixa Econômica, isso aconteceu porque nós conseguimos esse resultado. Uma outra coisa, Sras. e Srs. Deputados, principalmente aqueles que vão me arguir: eu quero dizer que, neste acordo que nós fizemos, assumimos um compromisso de melhorar a aposentadoria dos aposentados. Os aposentados da



Caixa Econômica Federal tinham... E isto, às vezes, é um engano: as pessoas pensarem que quem tem fundo de pensão tem aposentadorias milionárias; um ou outro tem, mas a maioria não tem. A aposentadoria média dos funcionários da Caixa era muito baixa, e ainda é — eu vou mostrar em seguida. E nós, então, conseguimos dar um aumento real de 30% dos seus benefícios e um reajuste de 27%. Isso aqui, acumulado, corresponde a 66%, Sr. Presidente, Sr. Relator. Houve um reajuste dos benefícios de 66% dos benefícios no período. Nós tínhamos, naquela época, 70 mil participantes; em 2003, quando nós chegamos, havia 70 mil participantes. Quando eu deixei a FUNCEF, há 5 anos, quase 5 anos, nós deixamos com 113 mil. Pelos números que eu fui ver agora — eu não acompanho mais —, sei que está com mais de 137 mil participantes. Bom, um outro ponto também importante é que, naquele período, em 2003, pagava-se em torno de 400 milhões de aposentadorias por ano, 424 milhões de aposentadorias. E nós, ao final, estávamos pagando 1,2 bilhão de aposentadorias por ano nesse ano de 2010. Atualmente, eu não sei, não tenho acompanhado. E aquilo que eu disse, eu queria mostrar para vocês aqui. Este é o benefício médio. Basta olhar — isso é público, a SPC, a PREVIC têm — o número de participantes e dividir pelo total de aposentadorias que foram pagas. Era 1.501 reais, em 2003, isso exclusive o INSS, porque a pessoa aposenta e tem dois pedaços: o pedaço da Previdência e o pedaço do INSS. Então, exclusive. Apenas da FUNCEF, era isso. Ao final de 2010, terminou quase em 2,9 mil reais, o que eu considero ainda baixo. Naquela época, era baixo; hoje não sei em quanto está, mas conseguimos fazer uma recuperação. Outro ponto também que mostra o desempenho nesse período: a rentabilidade acumulada, em todo esse período, foi de 324%. Por isso que eu disse que lá é de 310%, porque lá pegou 3 meses a mais. Então, está tudo certinho, às vezes é problema só de base. A nossa rentabilidade foi de 300%, a rentabilidade da meta acumulada. Ou seja, a meta é quanto um fundo precisa para não haver desequilíbrio. A meta era de 145,9%, 146%, ou seja, menos da metade. E uma coisa importante para dizer: a SELIC... Porque, às vezes, a pessoa critica o fundo porque ele investe em operações de risco, investe em empresa, investe em bolsa. Se cada participante pegasse o seu pedacinho de recurso — o que a Caixa contribui e o que ele contribui todo mês — e aplicasse no Tesouro direto, quanto ele receberia? Receberia 198% nesse período.



Então, não há lógica apenas trabalhar com essa ideia de que temos de colocar tudo em renda fixa. Por isso é que, no mundo inteiro — nos outros países, inclusive, eles são mais flexíveis nesse ponto — estimula-se e propõe-se que os fundos invistam em outros projetos, para que se tenha uma complementação, porque, senão, não dá para pagar a aposentadoria durante a expectativa de vida das pessoas, que mudou muito. Bom, eu também queria mostrar este dado, que é importante. O seguinte: qual foi a rentabilidade da FUNCEF frente à rentabilidade dos demais fundos de pensão? A FUNCEF, desde 2003, teve um resultado superior à média de todos os fundos de pensão. Esses são dados que estão na revista. Eu tenho muita responsabilidade de colocar isto aqui. Esses dados são reais; a FUNCEF teve esse resultado acumulado nesse período, e nós conseguimos isso fazendo uma série de medidas. Depois, se os senhores quiserem — neste tempo, eu acho que é ruim —, eu posso detalhar. Eu queria também mostrar aqui a rentabilidade anual *versus* a meta atuarial, que deu aquilo ali. Sempre foi superior à meta atuarial, a não ser em 2008. Em 2008, nós tivemos um rendimento ruim: 1,74%, para uma meta atuarial de 12,34%. Fora isso, em todos os outros anos, tivemos resultados muito superiores. Já estou terminando. Para não ficar só em detalhes, o mais importante neste período — e eu considero isso, eu vou fazer uma sugestão ao final — foi o novo estatuto que nós fizemos, o estatuto em que nós pusemos a paridade na diretoria. Não é obrigação de um representante da patrocinadora propor a paridade, mas nós brigamos. Não foi fácil convencer a patrocinadora a ter paridade, entenderam, Sras. e Srs. Deputados, senhores participantes? Não foi fácil. Conseguimos isso em 2006, fizemos um plebiscito para aprovar o novo estatuto. Fizemos um saldamento, um saldamento opcional, em que as pessoas tinham estímulos para saldar, ou seja, para sair de um fundo que era de benefício definido para o outro fundo. Fizemos muitos padrões de governança e com muita preocupação com a transparência. Essa palavra “transparência” não está gratuitamente aqui. A transparência foi feita de forma efetiva nesse período. Posteriormente, a gente pode passar para os senhores. Tomamos medidas prudenciais, que deram um total de 13 bilhões; 13 bilhões, ao todo, foram as medidas que nós tomamos. Ou seja, não poderíamos destinar todo o recurso só para aumento de aposentadorias. Tínhamos esse compromisso com as lideranças sindicais, com as lideranças dos aposentados, mas também fizemos a



revisão da tábua atuarial. Às vezes, um fundo parece estar em equilíbrio, e não está. Fala-se lá que as pessoas têm vida média de até 65 anos, e elas estão indo — a vida média — até 80 anos. É claro que nós vamos ter um desequilíbrio que não está sendo mostrado ali. Então, nós atualizamos a tábua atuarial, atualizamos a tábua de invalidez, que é o número de pessoas com invalidez pelo total que havia. Alteramos a taxa de desconto. Alterar a taxa de desconto é uma coisa caríssima para um fundo. Também tiramos uma coisa que era importantíssima para os aposentados — aqueles aposentados da FUNCEF que estão aqui sabem —, ou seja, o limite de idade que existia antes. Só isso custou 3 bilhões. Então, isso tudo foi feito com muita negociação. Se não tiver confiança, não vai para frente. Então, eu quero terminar — este é o penúltimo eslaide. Eu queria ler aqui — peço um minuto da atenção de todos. Eu estive na CPI dos Correios junto com outros Presidentes de fundos. E lá, no relatório final da CPI dos Fundos de Pensão, foi criada uma sub-relatoria. Há duas frases que estão à disposição aqui para vocês verem, estão nos anais da Casa. Na página 1.370 fala o seguinte: *“Em vista da metodologia empregada para análise deste e de outros fundos de pensão, não se pode concluir, pura e simplesmente, que o resultado da FUNCEF tenha sido dilapidado em função de má gestão de seus recursos”*. Isso foi a CPI que aconteceu antes, de fundos de pensão, e agora está acontecendo esta. Na página 1.371 está escrito: *“A FUNCEF, no entender da sub-relatoria, possui um sistema interno de controle capaz de garantir credibilidade à sua gestão. As atipicidades encontradas, portanto, não podem ser atribuídas ao despreparo administrativo da entidade”*. Então, isso está disponível aí para os senhores conhecerem. E eu termino com a minha última sugestão, Sr. Presidente, Sr. Relator, com uma contribuição. Eu queria dizer o seguinte — e aí não estou falando só para a FUNCEF mais: seria muito importante que olhassem essa lei que há hoje, essa regra, essa norma que a PREVIC põe de 3 anos para se fazerem ajustes, exigindo que se tirem recursos das aposentadorias, que já não são altas. Hoje em dia, nós temos mais de 70 planos de previdência no Brasil que estão com desequilíbrio atuarial. Eu não vou usar a palavra rombo, não acho que esteja correta a palavra rombo. Não é um problema de semântica, não é um problema menor. Há um desequilíbrio contábil, e esse desequilíbrio contábil existe em todos os fundos de pensão da América do Norte e dos Estados Unidos. Eu tenho um



quadro aqui, recente, de um banco, do J.P. Morgan, que mostra esse quadro dos fundos de pensão americanos, mostra a evolução desse desequilíbrio atuarial. Porque, vejam bem, o desequilíbrio está lançado no futuro para uma previsão de acontecer daqui a 20, 30 anos. Então, não é um desequilíbrio de agora. No caso da FUNCEF, pelo que eu estou respondendo, eu não estou a par de detalhes de 5 anos para cá, de 2011 para cá, mas eu posso dizer — e fui, inclusive, agora, me preparar para vir para cá — que não é um problema de solvência da FUNCEF. A FUNCEF tem mais de 5 bilhões disponíveis para pagar aposentadorias, tem um fluxo de caixa totalmente sob controle. O problema é de desequilíbrio atuarial. Outro ponto que eu queria sugerir não é fácil — isso não é uma coisa só dos fundos de pensão, eu sei disso —, mas é preciso diminuir a judicialização nos fundos. É um absurdo o que um fundo de pensão gasta com advogados. É um absurdo o que um fundo de pensão gasta — vou falar duas vezes para a gente não esquecer disso — com ações judiciais de todas as montas! A FUNCEF tem não sei quantas mil ações, acho que 15 mil ações. É um negócio absurdo! Por que tem isso? Eu não vou entrar em detalhes, agora, porque o tempo não permite. Eu queria dizer, também, propor aos nobres Deputados estimularem o fim de fundos de benefício definido. Nós fizemos dois seminários internacionais, Sr. Presidente: o seminário internacional em 2003 e em 2004, em que os gestores de fundos americanos, da CalPERS, o maior fundo americano, um dos maiores do mundo, brigavam conosco — os líderes ligados a partidos políticos de lá também — porque queríamos mudar aqui, tirar o benefício definido. Fundo de benefício definido é desequilibrador, e ainda há muitos no Brasil. Eu não vou citar, aqui não é o caso, não tenho autonomia nem autoridade para isso. Mas é preciso estimular acabar com esses fundos de benefícios definidos. E uma outra coisa também: adotar a gestão paritária para todos os fundos de pensão. As Leis 108 e 109, que foram feitas em 2001, foram uma das grandes contribuições que esta Casa deu para o Brasil. Vou falar bem pausadamente. Eu não sei quantos Deputados estava aqui naquela época: em 2001, a Lei Complementar nº 108 e a 109 foram uma das grandes contribuições que o Brasil teve desta Casa Legislativa, que organizou fundos de pensão. E lá fala em paridade no conselho deliberativo, e fala em paridade no conselho fiscal. O conselho fiscal é comandado, o Presidente é dos participantes, e o conselho deliberativo é da patrocinadora. Mas não fala em



paridade na diretoria. Na diretoria, onde é o dia a dia, onde a coisa acontece. Então, é preciso ter paridade na diretoria, e nós aprovamos isso. Então, eu termino, dizendo aos senhores, às senhoras, àqueles que me convocaram, que me conhecem, àqueles que não me conhecem, que eu estou à disposição para responder, naquilo que eu puder, sobre o meu período. Fora do meu período, eu não tenho elementos balizadores fortes para fazer uma defesa fática, uma afirmação dentro da exigência que se tem aqui. Muito obrigado. Eu peço desculpas se passei 2 ou 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito agradecido.

Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para interpelações, Sub-Relatores, de 10 minutos, autores dos requerimentos, de 5 minutos. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer as suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que faça a leitura no momento.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Antes de iniciar a continuidade dos depoimentos, devido ao avançado quórum no plenário, e, se iniciar a Ordem do Dia, não será permitida a tomada de deliberação — e o Relator tem urgência num requerimento de sua autoria, que é muito importante para todo o escopo da CPI dos Fundos de Pensão —, eu peço a suspensão da sessão de audiência pública para que possamos deliberar.

Há na Mesa, por parte do Relator, solicitação de inversão de pauta, para que seja votado o Item 2 da pauta, o Requerimento nº 435, de 2015, do Sr. Sergio Souza, que solicita à CPI dos Fundos de Pensão aprovação de recomendação e solicita especial atenção aos membros da FUNCEF, do POSTALIS, do PETROS e demais que por aqui se encontrem:

“Solicito à CPI dos Fundos de Pensão aprovação de recomendação, destinada ao Conselho Nacional de Previdência Complementar, da revisão da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, principalmente



em seu Título IV, que trata 'Do Equacionamento do Déficit', e da eventual obrigação dos senhores e das senhoras terem que, a partir do ano que vem, desembolsar para poder cobrir o eventual déficit nos fundos de pensão."

O Relator poderá explicar melhor do que se trata.

E, contando com a contribuição do Plenário, nós hoje poderemos dar um grande passo para que esta Comissão cumpra uma de suas missões, que é evitar que os beneficiários, servidores, aposentados, pensionistas e viúvas possam pagar a conta do desastre da gestão dos fundos de pensão.

Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

Solicito a atenção do Plenário, que é importante este momento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros e não membros desta Comissão, consultoria, todos os beneficiários aqui presentes.

Sr. Presidente, nesta CPI, instalada já há quase 3 meses, nós podemos verificar, pelos depoimentos aqui tomados, pelos documentos que chegaram e pelas conversas que tivemos com as entidades representativas dos beneficiários dos fundos de pensão, que há um certo desconforto e indignação com a Resolução nº 26, que permite que, em 3 anos — isso está na Complementar nº 109 —, possa ser distribuído o superávit e, Resolução nº 26, em 3 anos, havendo déficit, tem que ser recomposto com a contribuição das patrocinadoras e também dos beneficiários, aumentando aí a sua contribuição

Entendemos e compreendemos, ouvindo todos nesse período, que 3 anos, para fundos de pensão, é um tempo muito exíguo. Quando nós tratamos aqui de um período, um cálculo atuarial de 30 a 35 anos, média de 35 anos, 3 anos, de fato, é muito pouco para que nós possamos penalizar os beneficiários com um aporte nas contribuições, sem que tenhamos uma análise de tempo mais longo.

Por essa razão, inclusive conversando com a assessoria desta Comissão, em reunião com o Presidente e com as entidades que representam os beneficiários, bem como já em conversa com a PREVIC, a CPI decidiu por fazer a seguinte recomendação:



“Com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal; no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952; e no art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresento requerimento para que seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito a aprovação de recomendação, destinada ao Conselho Nacional de Previdência Complementar, de revisão da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, principalmente no conteúdo de seu Título IV, que trata do equacionamento de déficit, inclusive no tocante ao prazo disposto no art. 28, inciso II, que atualmente determina elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou superior a 10% das provisões matemáticas.

A justificativa para essa proposição está fundamentada na Lei Complementar nº 109, de 2001, que atualmente dispõe sobre o equacionamento dos déficits dos fundos de pensão nos seguintes termos:

‘Art. 21. O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.’”

O que nós estamos fazendo aqui, senhoras e senhores?

No que diz respeito aos prejuízos, à responsabilização daqueles que tenham incorrido em corrupção, em má-fé, em má gestão, em ingerência, dentro dos fundos de pensão, nós vamos continuar investigando e, ao final, no relatório, nós apontaremos e encaminharemos às autoridades competentes.

No que diz respeito à alteração da Resolução nº 26, é necessário que seja neste momento, porque nós estamos indo para o final do ano orçamentário, financeiro, e nesse período é que os fundos de pensão têm que fazer as suas provisões para o próximo ano, encaminhando a sua parte orçamentária. E o CNPC — Conselho Nacional de Previdência Complementar tem que ser convocado, tem que ser sugerida a ele a pauta a ser deliberada, tem que votar e tem que alterar a resolução, para que os fundos possam promover o equacionamento para o próximo



ano. Então, por isso essa necessidade neste momento na CPI. Nós já estamos no final do mês de outubro, entrando no mês de novembro. Nós temos aí, no nosso calendário, para que o CNPC possa se reunir, até a metade do mês de novembro, para fazer as alterações, o tempo necessário para que ele possa fazer as alterações, e, a partir daí, os fundos de previdência complementar possam equacionar, dentro das suas provisões para o próximo ano.

O § 1º do art. 21 da Resolução nº 109, de 2011, diz o seguinte:

“§ 1º O equacionamento referido no caput poderá ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional ou redução do valor dos benefícios a conceder, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.”

A norma do órgão regulador corresponde à Resolução CGPC nº 26, de 2008, cujo art. 28, inciso II, trata do prazo para elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit:

“Art. 28. Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit, obedecendo aos seguintes prazos contados a partir do encerramento do exercício social que apurou o resultado deficitário:”

Essa parte foi alterada pela Resolução nº 14, de fevereiro do ano passado.

Inciso I:

“I - até o final do exercício subsequente, se o déficit técnico acumulado for superior a dez por cento das provisões matemáticas;”

Foi alterado pela Resolução nº 13, de 2013.

O inciso II é o que mais importa a esta nossa recomendação:

“II - até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual



consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou superior a dez por cento das provisões matemáticas.

III - haja estudos que concluam que o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício subsequente.”

Aí, vêm os seus parágrafos.

E passamos à fundamentação final, Sr. Presidente.

“De um lado, senhoras e senhores, é sabido que praticamente todo sistema fechado de previdência complementar, e em particular os quatro fundos de pensão que são objeto desta CPI, vêm apresentando déficits consecutivos, em razão da conjuntura econômica, em razão da gestão deficitária, em razão dos fatos investigados aqui por esta CPI — e isso não é diferente, também, fora do Brasil —, além das evidências de desvios de recursos.

Por outro lado, o comportamento observado em anos anteriores, nos fundos de pensão que figuram entre as maiores entidades fechadas de previdência complementar do País, evidencia processos nos quais houve destinações recorrentes de superávit — que beneficiaram, inclusive, e em observância aos atuais normativos, os respectivos patrocinadores e também os beneficiários — e que, neste momento, encontram-se na iminência de se implementarem processos de equacionamento de déficits.”

Essa volatilidade tem gerado incertezas. Ou seja, há pouco mais de 3 anos, alguns fundos distribuíram recursos, Sr. Presidente, de forma volumosa, como é o caso da FUNCEF, por exemplo. Foram quase 4 bilhões, salvo engano, que foram incorporados ao patrimônio da Caixa Econômica, e os outros 4 bilhões, 4 bilhões e meio, foram distribuídos aos participantes. Esses que foram distribuídos aos participantes foram aproveitados, mas aquele déficit, aquele que foi incorporado ao patrimônio para gerar o lucro da Caixa Econômica, será que vai ser revisto neste período? Essa é a nossa preocupação com esse prazo tão curto.

“Essa volatilidade, então, tem gerado incertezas, particularmente para os participantes e assistidos, e não se mostra compatível com os ciclos financeiros de longo prazo que caracterizam o contrato previdenciário dos planos dos fundos de pensão.



Além disso, em vários dos casos assumidos por esta CPI dos Fundos de Pensão, o processo investigativo denota a multiplicidade de causas dos déficits nem sempre originadas por questões de natureza imediatamente previdenciárias. Além da indesejável necessidade de medidas do curto prazo, em decorrência de resultados que poderiam ser mais bem administrados em períodos mais longos, existem parâmetros lineares que não respeitam as particularidades de cada plano de benefícios, inclusive seu ciclo de duração de compromissos e assimetria entre limites e prazos para tratamento dos resultados dos planos de benefícios, com flagrante desequilíbrio no rigor e nos casos de equacionamento de déficit, limite de 10% das provisões matemáticas, enquanto que a destinação de superávit tem como referência a reserva de contingência correspondente a 25% daquelas provisões e plano de equacionamento com prazo máximo de amortização equivalente à duração média dos fluxos de pagamento dos benefícios, ou seja, praticamente na metade do prazo de existência no plano, e gera esforço contributivo que poderia ser melhor diluído no tempo.

Sem prejuízo dos comandos legais que poderão ser objetos de proposições, de aperfeiçoamento, como parte dos trabalhos da CPI dos Fundos de Pensão, há medidas infralegais de competência do Conselho Nacional de Previdência Complementar, particularmente no âmbito da Resolução nº 26, cujos ajustes ofereceriam respostas convergentes às presentes preocupações e se mostrariam alinhadas às expectativas do sistema fechado de previdência complementar, tais como: substituição do atual limite de tolerância de déficit correspondente a 10% das provisões matemáticas por métricas que levem em consideração a duração dos compromissos de cada plano de benefícios; alternativas ao atual limite de exigência de integralização de reserva de contingência na ordem de 25% das provisões matemáticas, por meio de parâmetros que também considerem a duração dos compromissos de cada plano de benefícios, sem prejuízo de futura substituição no referido limite, por meio de alteração da Lei Complementar nº 109, de 2001, que, com toda a certeza, será objeto de um projeto de lei oriundo desta Comissão; compatibilização dos prazos de equacionamento de déficits com a realidade de cada plano de benefícios, de forma a não se exigir esforço contributivo desnecessário, sem que isso represente qualquer diminuição da segurança e da higidez dos planos



e benefícios. E, por fim, outras medidas que possam melhorar e respeitar os ciclos econômicos e os compromissos dos planos de benefícios, delimitando para equacionamento de resultados apenas situações estruturalmente justificáveis.

Sr. Presidente, é nesse aspecto que, sem prejuízo das atividades em curso, no âmbito desta CPI dos Fundos de Pensão, é necessária a recomendação ao Conselho Nacional de Previdência Complementar para que, em sua próxima reunião, oriente o sistema fechado de previdência complementar a dedicar especial atenção nas questões relacionadas ao equilíbrio e à sustentação dos benefícios previdenciários administrados pelos fundos de pensão, de forma a se evitar impactos e esforços positivos ou negativos, desnecessários, particularmente, aos participantes assistidos e patrocinadores dos mencionados planos, tendo em vista a conjuntura econômica que se apresenta.

A solução mais rápida, dado que a alteração é urgente, com os fundos de pensão na iminência de apresentar seus planos de equacionamento, e mais adequado, no momento, para o exercício dessa orientação, consiste no aperfeiçoamento da citada Resolução CGPC nº 26, de 2008, nos pontos ora determinados acima, sem prejuízo de outros que o CNPC considerar adicionalmente relevantes para se atingir a mesma finalidade, qual seja, um prazo maior e mais condizente com a duração do contrato previdenciário, para que as entidades possam resolver os seus déficits, sem comprometer desnecessariamente a renda de participantes e assistidos.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que a relatoria apresenta este requerimento para que seja submetido à apreciação desta Comissão, ou seja, para que nós possamos dar, desde já, um encaminhamento. É uma solução apontada por esta CPI. Ou seja, esta CPI já está gerando resultados, e esses resultados passam a ser em benefício, principalmente, dos nossos participantes dos fundos de pensão.”

É este o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A inscrição já é da Deputada Erika Kokay, para discutir a matéria.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, muito rapidamente. Quero apenas parabenizar o Deputado Sergio Souza pela iniciativa e dizer que isso



é uma demanda urgente, para que nós não tenhamos os participantes sendo penalizados em função de um desequilíbrio contábil, de um dispêndio de recursos que se dará daqui a 20 ou 30 anos. E como disse bem o depoente desta sessão, nós temos a maioria dos fundos estadunidenses com essa condição e esse desequilíbrio.

Portanto, não é necessário impormos essa penalização. E é óbvio dizer, reafirmar que isso acontece independentemente das ações necessárias para que todo desequilíbrio possa ser apurado e, havendo dolo, que sejam punidos aqueles responsáveis pelo desequilíbrio doloso.

Eu sugeriria que não apenas aprovássemos essa indicação, mas que pudéssemos agendar uma reunião com representante da PREVIC, porque a resolução é dirigida à PREVIC, e, em reunião, entregar em mãos essa discussão, porque urge que a norma possa ser modificada, para que nós não tenhamos essa penalização que se dará a partir do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Algum Deputado gostaria de discutir a matéria? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, primeiro, quero louvar a iniciativa do Deputado Sergio Souza, que aproveita um debate rico sobre o fundo de pensão, que muito diz respeito à vida dos seus associados e que pega o que é positivo, o que é possível melhorar, para dar sustentação à situação dos fundos de pensão, que, muitas vezes, deixam o seu associado em situações difíceis.

O exemplo que aqui foi bem apresentado há pouco é um desses momentos em que podemos refletir. Nós tivemos uma situação na FUNCEF em um período bastante difícil. Sou sócio da FUNCEF, sou funcionário da Caixa Econômica Federal e sei qual era a situação complicada por que esse fundo passava ali até o ano de 2001, 2002. Nos anos 90, foi uma situação muito ruim, tanto que os dados apresentados — os dados são públicos para que qualquer pessoa possa acessar — mostram que hoje nós temos um fundo de aproximadamente 50 bilhões, que é o patrimônio ativo hoje desse fundo com 137 mil participantes. Mas em 2002 nós tínhamos um fundo com 10 bilhões. Então, são ações positivas. Quando acertamos



em uma direção comprometida... Infelizmente, na gestão pública há isto: às vezes, paga mais caro quem faz mais e faz bem. É o que pudemos ver na apresentação há pouco, que se sai de um patrimônio de 10 bilhões para 44 bilhões. Isso, sem sombra de dúvida, tem que ser louvado pelos seus sócios.

Na condição de sócio, quero louvar o bom desempenho que a FUNCEF teve, porque conheci essa realidade, de 2003 para cá, pelo menos 2003, 2010 e 2011. Infelizmente, não podemos dizer o mesmo de 2002 para trás, quando praticamente não havia reajuste nenhum, a situação era extremamente ruim, o desequilíbrio era muito grande e o tratamento era diferenciado. Inclusive foi feita alteração no estatuto da fundação com o objetivo de fazer essa paridade em todas as instâncias de decisão e aí tentar administrar melhor o fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Agora o Deputado Sergio Souza aproveita muito bem esta oportunidade, os problemas que se verificaram em outros fundos, mesmo na FUNCEF, o que possa haver de falha. Eu acho que a grande contribuição que esta Comissão pode dar é oferecer aos sócios de fundo futuro, que é o papel desta Casa, deste Parlamento, garantias para que seus associados não fiquem prejudicados.

Portanto, Deputado Sergio Souza, quero aqui parabenizá-lo pelo relatório, pela propositura, pela proposição. Vamos estudar e nos debruçar sobre isso. Eu acho que o requerimento só precisa ser bem estudado. Espero que esta Casa possa, com as emendas necessárias para melhorar seu texto, oferecer ao fundo de pensão as garantias, para que nós sócios não venhamos a ficar prejudicados muitas vezes por uma gestão meio desastrosa, ao contrário do que tivemos de 2003 até 2010, que fala por si só: um fundo de pensão parte de 10 bilhões para 44 bilhões porque teve uma gestão exitosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu não quero acreditar que estão usando o expediente de discutir o requerimento para protelar, entrar na Ordem do Dia e, assim, interromper esta reunião. Aqui temos um objetivo: ouvir o depoente.



Então, eu queria pedir aos Parlamentares que sejam breves. Vamos aprovar o requerimento e vamos para a oitiva. (*Palmas.*) Nós não podemos perder tempo aqui. Eu não quero acreditar que seja proposital, mas há muita coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quero apenas tranquilizar que, independentemente da Ordem do Dia, a oitiva do depoente é garantida.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Raul Jungmann solicitou a palavra?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Solicitei, Presidente.

Eu quero encaminhar pedido que me foi feito pelos beneficiários do fundo de pensão de que a dilação do prazo para equacionamento do déficit seja destinada aos beneficiários e não às patrocinadoras (*palmas*), de forma exatamente a reduzir o tempo para equacionamento desse mesmo déficit.

É a sugestão que faço ao ilustre Relator.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos absolutamente de acordo com que a patrocinadora arque...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu acato e adito nesse sentido nossa proposição à sugestão. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado, Sr. Relator, pela presteza; muito obrigado, Deputada Erika Kokay, pelo apoio.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Eu apoio o requerimento e o aditamento do ilustre Ministro Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Agradecido, Paulinho.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Só mais uma coisa, Presidente. Estamos nos referindo apenas à equalização na existência de déficit, não estamos mexendo no que diz respeito ao superávit, porque ele se reverte para o participante e para a patrocinadora, é óbvio. Então, não estamos mexendo com o superávit, mas apenas com a equalização de possíveis e constatados déficits.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

A intenção desta CPI é exatamente demonstrar que não podem os beneficiários, servidores aposentados, serem responsabilizados pela gestão ruinosa de muitos fundos, que é exatamente o que está se configurando diante de tudo que



está sendo apurado. (*Palmas.*) Então, ganhar esse prazo é permitir que possamos avançar nas investigações, na avaliação do cenário e realmente dizer que não pode o aposentado pagar a conta do prejuízo que outros causaram a ele.

Em votação o requerimento com a alteração e o aditamento proposto pelo Deputado Raul Jungmann (*palmas*), acolhido pelo autor do requerimento e pelo Relator, Deputado Sergio Souza.

Aqueles que o aprovam — e estarão dando um grande passo para que esta CPI cumpra, mesmo antes do seu final, uma de suas missões — permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Esta decisão já se torna um alento para que possamos prosseguir sem saber que recairá sobre a cabeça e o bolso dos beneficiários e aposentados a conta desse prejuízo, para que tenhamos pelo menos mais 1 ano de avaliação do cenário para fazer algo que seja justiça, e não simplesmente o cumprimento de uma letra fria, de uma resolução que não levou em consideração o cenário atual.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, eu fiz a sugestão de entregar em mãos e fazer a discussão com o Governo. Que não seja apenas uma entrega protocolar, mas que marquemos essa reunião do fundo de pensão, para entregar em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. O Relator adotará as medidas necessárias para essa missão, que a CPI poderá cumprir.

Seguimos então com a oitiva do depoente, atendendo aos apelos.

O Relator passa a ter a palavra para inquirir o mesmo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, senhoras e senhores, senhor depoente Guilherme Lacerda, V.Sa. ocupou por quantos anos mesmo a direção da FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Oito anos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Oito anos.

V.Sa. é filiado a partido político, Sr. Guilherme?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Desde 1983, quando eu era professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, eu sou filiado ao PT, em alguns momentos mais envolvido, em outros momentos menos.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

Como V.Sa. foi escolhido para ser Presidente da FUNCEF? Houve alguma indicação política para esse cargo? Quem o indicou, caso a resposta seja sim?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - É o seguinte: eu fiz a apresentação do meu currículo com as informações técnicas e também com os cargos que ocupei, certo? Então, evidentemente, esses dois elementos... A capacidade técnica que aqueles que me convidaram entenderam que eu tinha para determinados cargos somou-se ao conhecimento e à confiança, certo? Sei que esse é um dos elementos centrais de toda a discussão da relação política com os fundos. Então a gente não pode tergiversar sobre isso. Eu tenho essa vinculação e tenho uma vinculação técnica, histórica, desde aquele período.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor foi indicado por algum político?

SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu fui indicado pela Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pelo Presidente da Caixa?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Pela Caixa Econômica. Quem me fez o convite foi o Presidente, à época, Jorge Mattoso, que tinha sido meu professor na UNICAMP inclusive.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito.

A FUNCEF investiu na Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A. — CBTD, criada a partir da Gradiente, por meio do FIP Enseada. Esse investimento foi realizado durante a sua gestão como Presidente? De que forma essa proposta chegou à FUNCEF? Quem apresentou o projeto e a quem esse projeto foi apresentado dentro da FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, como todos os projetos têm que ser analisados, eles chegam, às vezes, chegam através de um diretor, às vezes, é direto à presidência. Então se apresenta um projeto. Nesse caso, a CBTD tinha uma relação com o Bradesco e o próprio líder do projeto, que é o Sr. Eugênio Staub, também nos procurou à época. Nós olhamos o projeto, certo? E demorou muito tempo para ser aprovado, passou por várias peneiras, e dentro daquela composição de distribuir os investimentos em diversas alternativas, um com mais



risco, outro com menos risco. Esse projeto tinha um sócio estratégico. Isso que eu estou dizendo não foi de uma hora para outra, não foi em semana, não foi em mês, certo? Foram meses de negociação, vai e volta, é e não é. Tinha a presença do BNDES, que discutia sobre a empresa também, que buscava solução. Estivemos no BNDES na época. Então, tinha uma perspectiva de nós termos uma participação. Quero deixar bem claro que cada tostão é valioso na fundação. Então, quando eu for falar valor pequeno, é importante deixar que é cada tostão, senão a gente fala: *“Ah, 17 milhões era um valor pequeno”*. Em dimensão do conjunto de investimentos que nós tínhamos, olhamos, fizemos todos os debates. Naquela época, tinha uma marca de *recall*, uma marca muito forte, todos vocês conhecem, a Gradiente. Ela tinha tido problemas. Ela estava com a disposição de ser relançada no mercado num novo nicho, com produtos mais baratos, lá na Zona Franca de Manaus; tinha o apoio da entidade lá da SUDAM, de uma entidade de fomento da Amazônia; tinha um sócio estratégico americano. Então, nós avaliamos e achamos que teria condições de participar. Agora, o fato é que, posteriormente, quando a gente faz investimento, acerta-se em muitos e outros dão errado. Isso é uma coisa, isso acontece. Não se acerta 100%. Eu fiz a apresentação aqui, nem tudo é um paraíso. Teve coisas que tiveram problemas, que vieram de antes. O que é importante é informar sobre a regularidade, sobre a ética, sobre a legitimidade do negócio. Esse foi um projeto em que posteriormente eu não estava mais. Já era o decorrer de 2009, de 2010, certo? Ele não confirmou as expectativas que se esperavam. As bases todas do FIP Enseada que foram criadas — também teve participação de outro fundo de pensão — nesse valor restrito foram obedecidas. E o importante, Sr. Relator, eu não vou me estender, é que o conjunto desses investimentos estruturados, com fundos de participação, deram resultado fenomenal, fenomenal. Então, nós não podíamos ficar apenas investindo em título público que estava com a taxa cadente, com a taxa muito baixa. Então, esse foi o investimento que foi feito à época, que eu me lembro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem apresentou o projeto para a FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Pelo que eu me recordo, tivemos uma discussão inicialmente. O Bradesco esteve presente e o Sr. Eugênio Staub me procurou também. O Sr. Eugênio Staub me procurou.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Sr. Eugênio era o Presidente da Gradiente?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Da Gradiente. Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eles foram diretamente à FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Esteve lá sem a indicação de ninguém. Ele lá nos procurou, queria mostrar o projeto que ele tinha. O que eu me recordo é isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá. A FUNCEF prestou informações por escrito a esta CPI acerca desse investimento, ocasião em que afirmou que o projeto foi apresentado ao fundo de pensão em junho de 2009. Contudo, a própria FUNCEF encaminhou também um documento intitulado *Reinvenção da Gradiente através da CBTD - Sumário Executivo*, elaborado pelo proponente. Esse documento data de 2008, ou seja, ano anterior, já indicava que a FUNCEF, como um dos investidores da companhia... Como é que o senhor explica o fato de a CBTD já contar com a FUNCEF no processo de reestruturação da Gradiente?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, eu não conheço esse documento. Eu realmente não conheço essa informação de 2008. O fato é que eu posso afirmar... Não tenho aqui minúcias, de início, datas exatas. Mas isso aí está disponível, e o Presidente atual que veio aqui até parece que trouxe isso também. Nós só fizemos depois de muita análise técnica, fizemos depois de muita análise técnica e jurídica — e jurídica também. Esse foi um investimento que pode ser considerado, como se diz, de médio ou alto risco, de médio risco. Não é um investimento de baixo risco. Esse foi um investimento na... Porque você tem que fazer uma análise de risco/retorno. Então, médio risco. Agora, se em algum lugar uma empresa escreve que tem a participação antes de nós participarmos, aí é uma responsabilidade da empresa. Nós só participamos depois.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quando da aquisição, Sr. Guilherme, pela FUNCEF, pela PETROS, de parte desse FIP, as ações tinham um valor. Num momento logo posterior, elas tiveram queda vertiginosa. Como o senhor nos explica essa queda e o prejuízo eventual da FUNCEF e da PETROS, no caso da FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - No caso de FIP Enseada?



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Essa queda vertiginosa provavelmente ocorreu num momento seguinte. Eu já não acompanhava mais. Não estou aqui fugindo de maneira nenhuma de nenhuma resposta, e eu tenho a obrigação de responder. Agora eu tenho que me ater... E me comprometo — não estou mais lá — a solicitar à fundação que esclareça isso aí. O fato que eu queria repetir, Sr. Relator, Deputado Sergio Souza, é que os critérios técnicos... Aquilo não é um *mise-en-scène*, um faz de conta, entendeu? Discussões com técnicos! Os técnicos estão lá, podem ser entrevistados, os advogados que participaram, certo? Se eu não me engano, também tivemos que contratar algum parecer externo na época, entendeu? Para ver... Tinha uma possibilidade de viabilização, tinha esse sócio estratégico que se dizia e que se mostrava viável para fazer o *hardware*, para fazer a viabilidade, e tinha esse apoio dessa entidade da Amazônia, entendeu? Eu não participei de reuniões técnicas com esses grupos, mas isso foi aprovado nessas bases. Agora, se depois, logo em seguida, não se efetivaram as ações... Porque aí é empresa de capital fechado. Essa empresa era outra empresa, não era a empresa Gradiente, que já tinha estado em crise — já tinha estado em crise. Antes ela tinha tido um problema. O que ele dizia é que queria recuperar a empresa numa outra dimensão, num outro produto, num outro nicho, não é? É isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Prof. Guilherme Lacerda, eu vou fazer quatro planos pedindo as reflexões e o posicionamento, mas antes eu queria fazer um registro, porque eu acho que no Brasil a sociedade está sedenta por transparência total, seja na avaliação de requerimentos, seja nos posicionamentos, em todo processo político.

Sou cria da tradição do PSD mineiro. Tancredo falava que em Minas quem briga são as ideias, não são as pessoas. Então, eu, por dever e compromisso de transparência, queria revelar a todos que tenho uma relação pessoal com o Prof. Guilherme Lacerda. Nós fomos professores do mesmo departamento na



Universidade Federal, tínhamos muitos amigos comuns e tivemos convivência. Apesar das filiações, eu era Presidente do PSDB de Juiz de Fora e ele, militante ativo do PT, nós tínhamos relações pessoais, e tivemos convivência. Ele também, como Diretor do BNDES... Nossos Governadores e Prefeitos registram a forma republicana do tratamento dele no BNDES. Portanto, nas colocações que farei, não há nenhuma fulanização. Trata-se do dever institucional que temos nesta CPI.

Caro Guilherme, primeiro, eu gostaria de uma... Porque, além de gestor, você tem uma faceta intelectual, e podia nos ajudar a analisar, que é o objeto desta CPI. Há uma questão de decisões econômicas, de institucionalidade do processo decisório, influência política e, eventualmente, corrupção. Aqui nesta CPI, um lobista, por exemplo, da Engevix, disse que o tesoureiro do PT, Vaccari, marcou um jantar com dirigentes atuais da FUNCEF. A operação nem prosperou.

O doleiro Youssef, ontem, terça-feira, disse que o Deputado André Vargas agendou também uma reunião com a FUNCEF para tentativa de venda de um produto e o advogado do doleiro Youssef disse que o atual dirigente Humberto Pires Grault, da FUNCEF, numa operação da Siderúrgica Barra Mansa, envolvendo a PETROS, quando ele tinha envolvimento com a PETROS, não com a FUNCEF, atualmente... Houve configuração clara de propina, 500 mil reais sacados. O advogado foi explícito.

Eu queria, encadeando com o segundo plano, que você fizesse uma reflexão sobre o processo de governança e a influência... O que se diz é que o ex-Ministro José Dirceu, o ex-Ministro Luiz Gushiken e o tesoureiro João Vaccari tinham grande influência na coordenação dos fundos de previdência.

Combinando a questão do processo decisório de governança às decisões econômicas, eu gostaria que você descrevesse como era o processo decisório, os atores — direção, conselhos, agência de *rating*, administradores, gestores e companhias de auditoria —, como se dava o fluxo decisório. Queria sua avaliação.

Os resultados expostos do seu período são positivos em termos de rentabilidade das aplicações, mas pontualmente queria levantar algumas questões. Primeiro, em relação à Sete Brasil, quem apresentou? Porque a Sete Brasil, como ela praticamente micou, pode ser uma tentativa de operação de salvamento. Mas foi



o maior foco de perda de três fundos. Somando a PREVI, a FUNCEF e a PETROS, são mais de 3 bilhões de reais. Então, é uma coisa muito relevante.

A PREVI teve uma postura diferenciada daquela da FUNCEF e da PETROS. Primeiro, ela participou com muito menos, o grau de disposição é muito menor, e na segunda chamada não foi, e a PREVI, a FUNCEF e a PETROS ampliaram sua exposição num investimento extremamente complexo, e depois envolveu o Estaleiro Rio Grande e depois virou um centro de propina. A Operação Lava-Jato já revelou isso. Como foi a decisão? Qual o grau de... Quais foram as determinantes da entrada tão pesada da FUNCEF numa questão complexa como pré-sal, e tecnologia de novo tipo, que seria exploração, sondas, em que o Brasil não tinha *expertise*.

Existem outros investimentos. Os relatórios da PREVIC... Gostaria que você pudesse comentar se usina termelétrica em Pernambuco, debêntures, Fundo de Investimento Catedral, PREVIC constatou algum problema grave, fatores de risco inobservados.

O Banco Oboé foi uma aplicação relativamente pequena, em face do patrimônio da FUNCEF, 4 milhões. Mas em 2011 o Banco Central decretou intervenção. Há CDBs do Banco Oboé, um banco de terceira linha. Como é que se dá esse processo de decisão? Porque entrar em bancos de primeira linha como Itaú, Santander, Bradesco... A TG Participações, usina de cana-de-açúcar, os fundos entraram muito, porque havia um contexto microeconômico muito desfavorável. Particularmente a Canabrava e a TG, usina de cana de açúcar... Quer dizer, na TG foram 140 milhões e os fundos entraram também na Canabrava. Usina Alvorada, de açúcar e álcool. O relatório da PREVIC diz que a diretoria aprovou 3 meses após o investimento. E o investimento entrou em *default*, houve calote. Então, eu queria saber: a Usina Alvorada, como se deu esse processo de decisão?

Também Belo Monte, que é um investimento considerado estratégico pelo Governo, campo energético, mas também de alta complexidade, de rentabilidade. E há o relatório da PREVIC de que não se tomou atenção à fiança bancária e riscos apontados não foram observados.

O Fundo Multiner, o FIP-IE, 198 milhões. Consta no relatório da PREVIC, isso foi em 2009, que o parecer da consultoria era contrário, que o diretor de



investimentos votou contra e que havia grande influência do Sr. Grault, que foi do BVA, do Plano Multiner e hoje está na FUNCEF.

Banco Panamericano, fundo de investimentos: 105 milhões; depois, 69 milhões. Vulnerabilidade frente à patrocinadora, exposição ao risco da contraparte. Qual foi o grau de indução, porque ele buscou socorro junto à Caixa. A Caixa repassou para o fundo?

Então, seriam esses investimentos.

Por último, para finalizar, eu queria que você nos ajudasse a entender a administração da carteira imobiliária, porque aqui surgiram vários questionamentos sobre alguns empreendimentos, até o Shopping Araraquara, Agência Flamboyant, em Goiânia, Shopping Bougainville, em Goiânia, imóvel em Florianópolis, no Bairro Agrônômica, cuja avaliação da Caixa foi de 23 milhões. Seis meses depois a FUNCEF comprou por 45. E a venda tinha um conjunto de salas também no edifício da OAB. Como é que se dava a gestão? O senhor poderia agregar alguma coisa?

Eu agradeço, Sr. Presidente, e me dou por satisfeito. Creio que o Prof. Guilherme pode nos ajudar a entender esse processo. Pelos resultados macro agora, nos últimos anos, a FUNCEF está acumulando um déficit que chega a mais de 6 bilhões. Mas no período dele realmente houve rentabilidade, como foi demonstrado aqui. Mas gostaria que nesses casos pontuais você pudesse — estou te chamando de você pela amizade que temos, antiga, ficaria artificial falar V.Sa. — nos esclarecer sobre esses pontos, porque esse é o interesse também dos associados da FUNCEF.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Ordem do Dia já iniciou. Peço ao Deputado Paulo Teixeira que assuma a Presidência, enquanto vou dar presença no plenário e retorno, por favor.

Com a palavra o Dr. Guilherme Lacerda.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Muito obrigado, Deputado Marcus Pestana. Eu também, porque acho que é legítimo. Nós temos que fazer um esforço para construir um novo ambiente no Brasil. Então, quando ele faz essas afirmações do conhecimento que nós temos, eu acho que ele tem que fazer todas as demandas, com todo vigor, com a visão que ele tem. Acho isso perfeito e legítimo. E



eu, se estivesse no lugar dele, também o faria. E também acho que vou fazer um esforço para responder com toda franqueza, com toda obrigação de dizer aquilo que eu conheço e sei. Só peço compreensão ao Deputado Marcus Pestana, por quem tenho uma admiração, em que pese nós termos opiniões ideológicas em algumas coisas, em outras, nem tanto, em outras, nem tanto, distintas. Eu só peço a compreensão dele e de outros, porque, eu não vou fugir de nenhuma das questões. Mas tem coisas que realmente... Como estou há 5 anos fora da fundação, eu preciso me recuperar. E me comprometo a mandar e assinar. Se for o caso, mando, assinando e respondendo. Então, vamos lá. Em primeiro lugar, é o seguinte: um processo decisório no fundo de pensão... Inclusive eu queria fazer, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, todos vocês, se pudessem nomear uma comissão, se vocês pudessem fazer uma visita a alguns fundos de pensão, no caso, à FUNCEF é mais fácil, porque fica em Brasília, para conhecer o caso, como é que funciona um fundo de pensão. No caso da FUNCEF, vocês vão verificar lá que a estrutura na área financeira tem um grupo de análise de economistas, de executivos, de pessoas muito sérias, inclusive ganhando vários prêmios de *top 5*, *top 5* do Banco Central, entendeu, Deputado? Então, o processo decisório é o seguinte: primeiro lugar, uma fundação não pode fechar as portas para ninguém. Não pode perguntar: *“Você é do partido ‘x’, do partido ‘y’, ou você é ligado a Fulano, a Beltrano, a Cicrano?”* Não pode. Tem que receber e depois tem que fazer, dar encaminhamento ao processo igual para todos. Tem que dar encaminhamento igual. Então, essa questão que vai ser sempre tocada da relação política com a relação do fundo, ela tem que ser enfrentada de frente, ela tem que ser colocada. Ela não pode ocorrer. Isso não impede que pessoas que tenham relações, que tenham vinculação com a entidade, possam fazer propostas. O processo é o seguinte: entra ou um diretor ou através... Pode procurar a Presidência. Muitas vezes não era através da Presidência, muitas vezes não era. No caso da Sete Brasil, por exemplo, tomei conhecimento no segundo momento. Foi primeiro com a diretoria financeira. Mas eu vou me informar sobre. E depois tem que se submeter a análises técnicas, tem que olhar, tem que discutir, tem que fazer, contratam-se gestores externos. Muitas vezes contratam-se gestores externos para fazer isso. Então, o fato é que, primeiro, essa questão da Engevix. Primeiro lugar. Isso começou inicialmente na diretoria



financeira. Eu estava recuperando esta semana as informações e conversando com um colega da época, diretor, um brilhante técnico da época, o nosso diretor financeiro. Então, foi o seguinte: primeiro, nós tínhamos interesse em entrar em infraestrutura. Houve uma rodada de concessões. Nós não conseguimos ganhar, participar. A OHL ganhou tudo, uma empresa espanhola. E, no momento seguinte, apareceu uma empresa que nos procurou, que esteve comigo, que me procurou, uma empresa espanhola chamada Cintra Ferrovia. E aí fizemos a reunião com diretores. E essa Cintra Ferrovia, nós começamos a discutir com ela para participar do rodanel. E, numa reunião em que o diretor inclusive esteve em São Paulo, ali, foi lá que conhecemos o Grupo Jackson Engevix. Então, como é que surgiu? Como é que nós conhecemos esse grupo aí? A história é essa, é rigorosamente essa. Inclusive o diretor Demóstenes me lembra que na época fora a uma reunião — só para fazer uma caricatura aqui —, estava lá o Sr. ex-Senador Jorge Bornhausen, que é lá de Santa Catarina, estava lá reunido com ele. Então, é só um aparte. Então, foi assim que nós começamos. E, a partir dali, começamos a discutir essa viabilidade do rodanel, e perdemos, não ganhamos. A partir... Eles trouxeram depois uma proposta de fazer participação em energia, em energia, certo? Começaram a negociar por um tempo na área financeira, até que depois fizeram comigo também, as principais lideranças, os dois presidentes. Foi com quem nós... Nós só relacionamos com os dois presidentes: o Sr. Gerson Almada e depois o Sr. Antunes. Foi naquela época que eu vim a conhecer, no momento seguinte quando ele trouxe. E nós aprovamos o projeto, com 25%. Hoje eles não participam mais. É um projeto exitoso, que foi o projeto na área de energia. O projeto tinha várias PCHs. Porque aqui eu não posso me alongar, mas tenho que dizer o seguinte: o que é que é bom para fundo de pensão? O que é bom? É que tenha fluxo de caixa constante. O que agora está na moda, que se está falando aí no jargão financeiro, que é *wild company*, que tem fluxo de caixa constante, que não tem tanto risco, certo? Então, isso foi o motivo de nós termos feito. Então, a partir daí... Esse é o primeiro ponto. Ainda anotei aqui — vou voltar — essa questão da relação política com as pessoas, que o senhor citou, Deputado... Nós conhecemos, não podemos dizer que não conhecemos, mas isso de conhecer até influenciar em negócios é uma distância abissal. Não há essa questão. E tem que verificar, caso a caso, se tem algum



projeto que tenha alguma suspeita em termos de deficiência do valor que era com o valor que é hoje. Vários projetos magníficos, que deram rentabilidades muito grandes. Bom, sobre a Sete Brasil, a Sete Brasil iniciou quando eu estava saindo. Eu estava saindo no final de 2010, já foi ali no finalzinho mesmo, certo? E o próprio nome diz: Sete Brasil, eram sete sondas. Começou-se a olhar na área financeira, depois vimos lá... Foi o Santander, junto com a PETROBRAS, que trouxe. A PETROBRAS escolheu o Santander e trouxe. Não foi só o Santander, e não foi só a PETROBRAS. Eles trouxeram para o BNDES. E aí vários bancos estavam dando cotoveladas para entrar nesse negócio. Davam cotoveladas, queriam ter mais. Então a FUNCEF entrou. Num determinado momento, tive até um diálogo, rapidamente, um dia, não lembro quando, com o Gabrielli, que nos explicou como é que seria. Eu pensei o seguinte: os fundos alemães investem em quê? Em que os fundos de pensão alemães investem? Investem em navios. Se a PETROBRAS fez uma tomada de recursos de 120 bilhões de dólares — foi a maior tomada de recursos, a maior captação que teve —, se tinha uma possibilidade de fazer a exploração, se precisava daquelas sondas e queria se livrar do balanço delas, porque não podia carregar no balanço. Então, vamos oferecer isso para quem precisa de renda fixa. Era como comprar um imóvel para você ter o aluguel. Isso é uma coisa muito boa para fundo de pensão. Por isso que a FUNCEF tem 60, 70, 80 agências da Caixa para ter aluguel. É disso que um fundo de pensão precisa. Então, nós entramos nessa FIP Sondas com isso aí. Os desdobramentos, eu não posso, com todo o respeito, eu não posso ir além, porque eu não estava lá mais, certo? Se foi... Por que aumentou tanto o capital? Só quero dar uma informação: a PREVI, não só nesse como em outros, a PREVI não entra porque ela sempre esteve abarrotada. A PREVI é um ponto fora da curva, porque ela sempre esteve abarrotada de empresas. É o fundo que tem mais empresas, em comparação com os demais. Ela sempre participava com menos. Agora, por que ela investiu mais? Eu não posso dar opinião, porque aí vai ter detalhes. Pode estar escrito aqui, eu posso ler. Mas aí eu não vou contribuir tanto, viu, Deputado Pestana? Agora eu estou convencido de que esse tipo de projeto tem a ver com fundo de pensão. Agora, infelizmente, se surgem problemas de diversas ordens, inclusive em termos de absurdas coisas éticas que estão aí sendo mostradas, disso nós somos vítimas. E eu penso: se eu fosse



presidente de fundo de pensão, eu ia fazer todo o rigor e entrar na Justiça. Se eu fosse um presidente, doa a quem a doer, iria entrar na Justiça — doa a quem doer! —, porque isso não se pode fazer. Com relação ao Estaleiro Rio Grande... Aí, na sequência, no caso da Engevix, eu participei dessa discussão, vou deixar bem claro. A WTorre, que é uma sócia antiga nossa em galpões industriais, lá em São Paulo, estava concluindo. Essa empresa da Engevix tinha ganhado para construir sete cascos ou oito cascos, não sei... Sete cascos, e trouxe para nós uma proposta para nós comprarmos o estaleiro. Não era para comprar a empresa, não. Depois, veio uma discussão de comprar a empresa, de que eu não participei e não posso dar opinião. Depois, veio uma discussão de comprar a empresa, e eu não participei. Mas comprar o estaleiro, eu participei. Estávamos do mesmo lado da mesa, brigando contra a WTorre, porque nós queríamos baixar o preço, certo? Nós queríamos abaixar o preço. E, evidentemente, quem quer vender quer subir o preço. Então, isso é a informação sobre o Estaleiro Rio Grande. Sobre Catedral, Deputado Pestana, eu confesso, com rigorosa seriedade, eu nunca ouvi falar. Usina Pernambuco, eu nunca ouvi falar. Banco Oboé, também eu nunca ouvi falar, nem sabia que existia esse banco. Banco Oboé. Sobre TG Participações, esse eu conheço. Esse fundo foi uma compra que um fundo chamado Angra Partners, que nós fizemos com Angra Partners e Andrade Gutierrez lá em 2004, 2005, para comprar investimentos, e eles acabaram adquirindo essa empresa, TG Participações, no Maranhão, certo? Inclusive eu fui lá visitar. Vinha dando muito problema. Fui visitar, discutir com eles naquela época. Esse foi um projeto problemático que nós compramos naquela época. Eu, depois, não sei os desdobramentos. Mas foi adquirido com a Angra Partners, que é um gestor de fundos, com a Andrade Gutierrez. Usina Alvorada: eu não conheço nada, não sei nada, certo? Usina Alvorada: eu não sei nada. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - TG está lançada como perda total.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Perda total?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - A usina? Isso eu tenho que apurar. Tenho que apurar e preciso verificar, porque eu terminei em 2010, certo? Visitei lá. Fui inclusive a uma cidade próxima de Caxias. Nunca tinha visitado uma usina daquele tamanho. Exigi que fôssemos visitar, com os gestores. Brigamos



muito com os gestores. Então, isso aqui é uma questão que... Eu participei do início. Agora, veja só, inclusive eu não sou visto com muita simpatia pelos gestores de fundos, embora nós tenhamos ajudado a criar o que existe hoje no Brasil. Desculpe, viu, mas eu vou falar: se existe hoje no Brasil, um grupo grande de gestores de fundos de *private equity*... E eles criaram inclusive uma associação e nunca me convidaram mais. Não me veem com tanta simpatia porque eu sempre achei que o fundo de pensão tinha que ter alguém lá dentro. *“Ah, porque nos Estados Unidos não é assim. Você tem que deixar toda a autonomia para nós”*. E também brigamos muito por causa de taxa de administração. Taxa de administração de 2% é um absurdo, e nós brigamos para diminuir. Brigamos com o BNDES, brigamos com vários, enquanto eu estava na FUNCEF. Então, eu quero dizer isto com franqueza: Usina Alvorada eu não conheço nada, a não ser o que é; Belo Monte eu não sei se a FUNCEF participa. Se participa, é depois. E tem assessores aqui da FUNCEF. É preciso depois passar a informação para o Deputado, viu? Belo Monte, Deputado, bem rápido, olha só, Belo Monte era um dos grandes projetos que estavam sendo implantados naquele momento. Eu participei do início da discussão. Era exatamente na transição, ali. Acho que foi correta a decisão de ter feito, certo? Foi correta. Passou a ter alguns problemas de meio ambiente, disso, daquilo. Mas eu estou seguro de que vai ser um processo exitoso, porque, se um fundo de pensão não investir em energia, não investir em linhas de transmissão, em PCH, vai investir em quê? Ele vai investir em quê? Vai investir em título público? Então, é melhor pegar cada pedaço de recurso de cada aposentado que está ali e entregar para eles, para eles administrarem no Tesouro direto. Então, nós temos que buscar maneiras de ter rentabilidade maior. Então, de Belo Monte eu participei no início e eu acho que foi um bom investimento. A Multiner, essa Multiner teve várias, pelo que eu me lembro... Foi em 2009, 2010. Também estava lá. Teve divergências efetivas, está registrado. Às vezes tem. Eu não sou adepto de sempre apoiar por unanimidade, não. Eu não concordo com a unanimidade, não. Eu acho que nós temos que ter coragem de aprovar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Essa informação de que a consultoria deu parecer contrário e o diretor de investimento votou contra é fato?



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu acho que tem que olhar a ata, mas é possível que tenha sido. Olha, deixar claro: tem que olhar a ata, mas, evidentemente, teve divergências. Mas é preciso olhar agora quanto se entrou e quanto se tem. E o que era a Multiner, pelo que eu lembro? Era um conjunto de PCHs, desculpa, de termoelétricas, na Bahia, em alguns lugares, de que nós participamos, e tinha vários fundos participando. Tem uns dez fundos participando aí, certo? Então, é a análise de dez fundos: análise técnica de um, análise técnica do outro, de acordo com o tamanho de cada um. Hoje, eu não sei qual é o resultado. Eu não me preocupei muito com isso, porque eu acho... Nunca me falaram que é hoje um problemão, está certo?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A rentabilidade foi negativa em 9,17%?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - De lá até agora? Então, tem que apurar, porque, veja só: pelo que eu lembro — estou buscando lá no fundo —, tinha algumas PCHs que tinham que pagar, ou seja, tinham compromissos com a ANEEL para pagar, e depois atrasaram na construção. Podem acontecer essas coisas, não é? O cara fala que vai acontecer no período, em janeiro de 2010, 2011, e depois a coisa atrasa. É preciso verificar se realmente foi um erro técnico, se teve problemas ou se tem alguma coisa de outra ordem. Agora, eu me entusiasmo muito, é meu estilo de ser. Se eu tivesse tempo para falar sobre a carteira imobiliária... Eu fico emocionado e vou dizer para vocês o seguinte: olha, nós fizemos uma revolução, nós somos referência no Brasil e no mundo, inclusive com empresas americanas vindo conversar conosco sobre a carteira imobiliária. Viu? Isso aí é muito importante. A quantidade de coisa que foi feita... E quando nós chegamos lá, tinham vários contratos totalmente desfavoráveis. Brigamos muito. Destituímos gestores. E eu posso citar aqui, porque não pode ter segredo aqui. Está certo? Não pode ter segredo. Tinha um contrato lá com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Até porque o senhor está sob juramento.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, eu estou sob juramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se mentir, é falso testemunho. Então, não pode ter segredo, não, só para lhe dar conhecimento. (*Palmas.*)



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu estou valorizando isso, Sr. Presidente. Contrato com a Merit, contrato com a Blue Tree. Tivemos um processo pesado com a Blue Tree para tirá-la dos hotéis que ela administrava, com vários negócios. Não tinham regras. Criamos norma para vender. Não pode vender um imóvel na FUNCEF que não tenha que ir ao CD. Ao CD tem que ir depois de 1%, mas nós mandávamos todas as alienações para o CD. Isso foi feito. Criamos um índice junto com a VALIA, que é um fundo de pensão ligado à Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro, que é um índice de indicação do comportamento do mercado imobiliário. Isso é um índice valiosíssimo. Fizemos muitas discussões. Tem um fundo imobiliário lá em São Paulo naquela torre maravilhosa, a Torre Norte. Brigamos com eles, exigimos... Aí também é preciso olhar o seguinte: qual era a rentabilidade antes e qual era a rentabilidade depois? Quanto se pagava de taxa de administração? Muito dinheiro vai embora é em taxa de administração. Está certo? Nós passamos a ter prepostos. Preposto é assim: o que engorda o boi é o olho do dono. Passamos a ter prepostos nesses empreendimentos. E muitas coisas tentamos resolver e não resolvemos. Vou dar dois exemplos, aqui, rápido. Depois, eu termino. Poderia falar muito mais. Nós tentamos... Nós temos vinte... A FUNCEF... Não posso falar "nós". A FUNCEF tem 20% do Conjunto Nacional — esse que tem aqui — com vários outros investidores. Negociamos uma época que eles iam passar para 68%. Estava praticamente resolvido. Aprovamos na diretoria que íamos adquirir o controle do Conjunto Nacional. Levamos para o Conselho Deliberativo e perdemos. Ficamos frustrados. Se voltasse hoje, eu defenderia de novo o mesmo projeto. Defenderia que nós saíssemos de 20% para 68%. Teríamos o controle do Conjunto Nacional. E o outro exemplo: nós queríamos nos separar do controle com o Paulo Octavio. Tivemos uma boa relação com Paulo Octavio em todo esse período, mas ele é um empresário que tinha visões, tinha vários negócios, problemas, tinha processos lá de uma superquadra aqui, a 311. Tivemos que resolver com ele. E nós somos sócios dele naquele Brasília Shopping, 50%, e naquele hotel grandão que tem lá hoje. Como é que chama? É Golden Tulip. Antigamente, era Blue Tree. E ele estava insatisfeito com a gestora. Nós também estávamos. Tiramos a gestora. Então, nós negociamos com ele de ficar com o hotel e ele ficava com o *shopping*. O *shopping* dava rentabilidade maior. Se você olha



assim, o *shopping* é melhor do que o hotel, mas nós achávamos que o hotel tinha um potencial maior. Queríamos fazer a negociação. Aprovamos. Tínhamos argumentos. Aí foi ao CD. Infelizmente, o CD não aprovou. Está certo? Ficamos frustrados. Acho que nós poderíamos pegar aquilo só nós. Daríamos uma dinâmica muito maior. Então, Deputado, muito obrigado pelas suas questões. Entendo as suas... É necessário fazer essas cobranças, essas e outras. O Banco Panamericano, não me lembro. Isso foi coisa da Caixa Econômica. A FUNCEF recebeu proposta, mas não entrou. A FUNCEF não entrou no Banco Panamericano. Tá? Foi a Caixa que negociou lá. Era isso, então, que eu queria dizer.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de entrar propriamente nas minhas perguntas, quero fazer uma colocação para o conhecimento da Casa, de todos que estão presentes aqui, e dizer ao Guilherme Lacerda que aqui, no cumprimento do nosso dever parlamentar, nós vamos sempre colocar as coisas de interesse público em primeiríssimo lugar. Eu estou no quarto mandato. Tenho muita honra de ser Deputado Federal pelo Espírito Santo. Para mim, que sou do interior, de uma pequena cidade, que fui Prefeito e Vereador, estar entre os dez Deputados do Espírito Santo, representando o povo do meu Estado na Câmara dos Deputados, uma população de 3 milhões e 600 mil habitantes, evidentemente é uma honra. E tenho que honrar esse voto, o meu Estado e o Brasil.

Então, não há, Presidente, absolutamente nada com relação a partido político, à questão regional, à questão local, à questão dos menores. Muito pelo contrário, eu acho que aqui, dessa forma, eu coloco, de forma inquestionável, que, mesmo sendo o único Parlamentar do Espírito Santo aqui, a gente quer as coisas, porque acho que o Guilherme Lacerda, tendo ficado oito anos e pouco na FUNCEF, tem uma grande contribuição a dar a esta CPI, que foi criada exclusivamente para tratar dos fundos de pensão.

Então, eu queria fazer essa introdução para, primeiro, me colocar como Parlamentar; segundo, para deixar todos absolutamente tranquilos. Não há



nenhuma motivação, nenhum calor que está me aquecendo para fazer isso ou aquilo ao convocar o Sr. Guilherme Lacerda.

Eu queria iniciar fazendo uma pergunta... Já sei do seu tempo. Já sei da sua história. Já conhecia parte da sua história. Mas queria perguntar, antes de entrar diretamente nas perguntas preparadas pela minha assessoria, se o senhor conhece o Fabiano Silva?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Ele trabalhou na FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Foi um dos assessores que eu tive durante esse período.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Ele foi Secretário-Geral da FUNCEF de 2008 a 2010?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Num período final, foi, sim.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - O senhor conhece a Sra. Renata Mollo?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Conheço, esposa dele. Foi advogada.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sim. O.k. O senhor sabe que eles saíram da FUNCEF — e aí vai a minha pergunta — e criaram uma sociedade no escritório de advocacia e, logo em seguida, começaram a prestar serviço a vários fundos de pensão inclusive à FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posteriormente à minha saída, eu não tive nenhum envolvimento mais com eles. Conheço. A FUNCEF e vários outros fundos contratam muitos advogados. Está certo? Sei que eles prestam serviço para a FUNCEF e para muitos outros fundos nessa área previdenciária.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - O senhor acha ético dois ex-funcionários — marido e mulher — formarem uma sociedade e trabalharem para uma empresa de onde eles saíram recentemente.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, Deputado Marcus Vicente, eu penso o seguinte. Isso não foi no meu período. No meu período eles não trabalharam de maneira nenhuma, porque inclusive um era funcionário e ela já tinha saído e trabalhava num outro escritório. Ela trabalhava num outro escritório de



advocacia. Então, veja só, existem dezenas de escritórios de advocacia que um fundo de pensão... E eu deixei até a sugestão de diminuir a judicialização. Não é? Então, eu penso o seguinte: têm várias outras pessoas, vários outros escritórios que tiveram um cargo, essas pessoas passam um período e depois são contratadas. Agora, não conheço nada de contratos. Não sei de que tamanho é, do que fazem, nem na fundação nem em outros fundos.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sim, então eu quero complementar a pergunta, Presidente. E aí requeiro, em seguida... A prestação de serviço no escritório de Fabiano Silva e Renata Mollo continuou, logo em seguida à saída de ambos da FUNCEF, para a FUNCEF e para os outros fundos de pensão: POSTALIS, PREVIC e PETROS. E aí fazem parte desta questão os requerimentos que fiz e protocolei nesta CPI: Requerimentos de nºs 384, 385, 386, 387 e 388, que peço que sejam incluídos, por esse motivo. Julgo necessária a convocação do Sr. Fabiano Silva e da Sra. Renata Mollo, porque é muito importante. Nós estamos, na verdade, investigando fundos de pensão. E eles, participando de um fundo de pensão importante como a FUNCEF, saíram, formaram a sociedade, não tem nada de ilegal nisso, porém, prestando serviço para fundos de pensão, acho que é muita falta de ética, e nós vamos apurar se ainda houve faturamentos em contratos em vigência durante o período do Guilherme Lacerda. Eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A expectativa é de que eles componham a próxima pauta de requerimentos, na sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - É isso, Presidente, que peço a V.Exa.

Eu queria, em segundo lugar, Guilherme, perguntar a V.Sa. se conhece o Sr. Adacir Reis.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Conhece?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, muito.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - O Senhor sabe que ele foi Secretário da Previdência Complementar, antiga SPC e atual PREVIC?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Tivemos muitas reuniões. Com certeza.



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sim.

Após a saída do Sr. Adacir das atividades, ele iniciou as atividades de advogado, criou um escritório. Em meados de 2008 obteve contratos com a POSTALIS. Em meados de 2008 ele obteve contratos da POSTALIS, tendo sido Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. De 2008 a 2015 o escritório já recebeu valores vultosos, os que eu consegui levantar, de mais de 15 milhões de reais, de contratos com a FUNCEF, PETROS e PREVI, além da POSTALIS.

Eu não sei se houve alguns colegas, mas houve questionamentos pelos corredores da Casa com relação a esses requerimentos do escritório de advocacia. Eu sou advogado, o Guilherme sabe disso. Eu sou advogado inscrito na Ordem dos Advogados, e o Deputado Paulo Teixeira também sabe disso. Sabia não, Deputado? Eu sou advogado também. Então, não tenho nada contra os advogados. Muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu sabia que V.Exa. era dirigente de um clube de futebol.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Não. Eu não tenho nada contra os advogados, mas eu tenho o meu papel.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu sou casado com uma advogada.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Isso. Exato. Lá em casa todo mundo é advogado, os cinco. Então, houve algumas insinuações nesse sentido com relação à preservação da Ordem dos Advogados do Brasil. Não tenho nada contra a Ordem. Muito pelo contrário, só tenho a favor. Mas nós estamos cuidando dos fundos de pensão. Então, se tem o Sr. Adacir Reis, que foi Secretário de Previdência Complementar, que saiu e depois começou a prestar serviço para quem estava sendo fiscalizado por ele... Por favor, Presidente, os requerimentos 394 e 395 dizem respeito a isso aqui.

Nós precisamos investigar, porque o Secretário de Previdência... Quer dizer, como se fosse hoje o Secretário da PREVIC, imagine, depois ele vai pegar, buscar serviços, prestar serviços... É minimamente antiético, minimamente antiético ele prestar serviço para os fundos de pensão que até há 1 ano, conforme eu vi aqui a



Deputada Kokay, ele fiscalizava. Então, eu peço a V.Exa. que também os requerimentos 394 e 395 sejam incluídos na pauta. As razões estão muito claras.

Só retornando, caro Guilherme, há um depoimento feito no dia 31 de agosto de 2005 pelos Presidentes da época da PREVI, da PETROS e da FUNCEF — em 2005 — no mensalão: eles disseram claramente que essa empresa Global Prev pertenceu, em 2001 e 2002, ao Ex-Ministro Luiz Gushiken. Os executivos que prestaram depoimento dia 31 de agosto no Mensalão são filiados ao PT.

Eu sou aliado do PT em muitas coisas, inclusive no Espírito Santo, desde que sejam coisas dentro dos interesses do nosso País, do nosso Estado. Wagner Pinheiro de Oliveira, Presidente da PETROS na época, afirmou que foi indicado para o cargo por Luiz Gushiken; Sérgio Ricardo da Silva, da PREVI. Quanto a esse Sérgio Ricardo, há uma reportagem interessantíssima na *Revista Piauí*, que conta a história dos fundos de pensão. Eu tenho isso no meu *e-mail*. Se os Deputados quiserem, eu disponibilizo. E o Guilherme Lacerda — viu, Guilherme? —, que aparece nessa foto aqui, daquela época, está aqui na mesa da CPI dos Fundos de Pensão, está aqui, está bem mais jovem, então Presidente da FUNCEF, diz ter sido indicado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal.

Mas eu quero me referir exatamente à Global Prev, que hoje tem na sua titularidade Varderlei Freitas e Rafael Tadeu Ferrari, que já estão nos requerimentos 395, 394, 396 e 397, a serem aprovados nesta CPI, Presidente.

Então, olhem a lógica das coisas. Nós não estamos... Quando eu pedi ao meu partido para fazer parte da CPI não foi para brincar. Peço também que esses quatro requerimentos sejam incluídos na pauta.

Agora eu vou entrar, para não me alongar, nas perguntas que a minha equipe preparou, as que sejam mais importantes, Guilherme.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Já falamos do déficit. Em 2008, a FUNCEF tem um déficit de 2,4 bilhões; em 2009, de 178 milhões; em 2010, um superávit de 460 milhões; em 2011, um superávit de 106 milhões; mas voltou a ter um déficit de 1,3 bilhão em 2012. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Não, não é isso, Deputado. É de 5 bilhões o déficit de hoje da FUNCEF. É de 5 bilhões. E eu não estou falando aqui em meu nome, eu estou falando aqui em nome dos funcionários da Caixa Econômica Federal. Por favor, respeitem a minha representação. Eu não abrirei mão disso, Presidente. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Cinco bilhões era no final de 2014. Hoje é mais.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Então eu estou desatualizado, mas prefiro acreditar que são só 5 bilhões. Os funcionários da Caixa foram obrigados a cobrir, a partir de 2013, o déficit gerado durante sua gestão, e, no entanto, esse déficit já alcança mais de 5 bilhões, mesmo com os funcionários sendo obrigados a ampliar a sua contribuição ao fundo. Ele fala agora, Presidente, ou eu vou continuar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode responder agora, Dr. Guilherme, se for o caso.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posso responder agora?

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sim, claro.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posso começar por esse finalzinho?

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Claro, claro.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sobre o déficit, eu queria valorizar aqui, o Relator fez uma proposta que foi aprovada por unanimidade, Deputado Marcus Vicente, nosso conterrâneo, pessoa que eu acho que tem dado grandes contribuições, foi Secretário de Estado de Turismo, de várias coisas. Eu o conheço da época em que trabalhei no BANDES, temos tido uma relação menor que a que poderíamos ter, mas quero registrar aqui a sua história e trajetória. E quero dizer que eu compreendo e até agradeço, porque às vezes essa questão de CPI a gente fica preocupado, fica tenso, mas é uma oportunidade que a gente tem de dar uma contribuição. Então, até agradeço ao senhor por ter feito essa convocação, porque eu não posso deixar de responder, e eu acho que eu tenho que contribuir. Fiquei um bom tempo, preciso contribuir. Eu li a sua convocação, à parte as duas notinhas de jornal, o que o senhor escreve é muito correto, eu estou de pleno



acordo. Tá certo? A questão do déficit — já foi dito aqui pelo Relator, e eu fiz a proposta —, não pode, porque tem um déficit, porque houve uma queda vertiginosa de um investimento que pesa 10% na FUNCEF, agora exigir que aposentados já comecem a pagar no ano seguinte. Isso está errado. Isso tem que mudar. Eu acho que esta CPI vai dar uma contribuição extraordinária para o fundo. A respeito do déficit que o senhor falou, em 2008, realmente 2008 foi um ano atípico nos últimos 150 anos, desde 1873, da primeira crise do capitalismo, passando por 1929, 2008 foi um período atípico. Realmente, houve um déficit em 2008, na FUNCEF e em todos, em todos, em 2008. Agora, o que interessa é o conjunto, Sr. Deputado. O que interessa é o conjunto, o resultado que nós mostramos: tivemos 310% de rentabilidade versus 154%. Por isso é que conseguimos fazer 13 bilhões de distribuição de recursos, inclusive melhorando as aposentadorias e fazendo as medidas prudenciais. Então, sobre o déficit, é isso que eu quero dizer. Eu posso detalhar mais, mas eu estou muito seguro de que é preciso enfrentar esse problema. Ah, tem déficit 2 anos, vai lá, cada um tem que pagar, quem já tem aposentadoria baixa, tem que pagar 200, 300, 400 reais? Eu acho que está errado isso. E nesse período nós fizemos um resultado excepcional. Sobre a Globalprev, eu recebi aqui agora a informação. Eu quero, em primeiro lugar, dizer que eu tenho uma lembrança muito bonita e muito forte do ex-Ministro Gushiken, e acho que seria necessário que todos os brasileiros respeitassem e valorizassem isso, uma pessoa que conhecia profundamente fundos de pensão e que, antes de 2003, tinha criado essa empresa e realmente trabalhava. Era um período que não era Deputado e trabalhava. Quando nós assumimos, a Global Prev teve uma participação minúscula, contratada pela Diretoria Administrativa. Pelo que me consta aqui, e tem que ser apurado, porque eu estou fora da Fundação, Deputado, teve um contrato de 8 mil reais para fazer um seminário — *Conceitos Básicos de Previdência Complementar e o novo plano de benefício da FUNCEF*. Em julho de 2004 teve outro curso de formação básica em previdência complementar para 50 empregados, realizado de 21 de junho a 29 de junho, em Brasília — 24.600 reais. E, terceiro, em outubro de 2006, curso de conceitos previdenciários — 16 mil reais. A Global Prev era — não sei agora, conheço o Tadeu Ferrari — era especializada nessa área de previdência. E o Ministro Gushiken, quando saiu para Ministro, não participava mais.



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Guilherme, eu queria dizer o seguinte: a questão dos três escritórios de advocacia, eu mencionei, fazendo um *link* com a FUNCEF, exatamente para justificar publicamente por que estamos convocando. Esse é um direito desta CPI e a democracia permite isso, porque nos vamos votar em plenário.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Certíssimo.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Está certo? Então, essa resposta, fique tranquilo que cabe a quem será convocado.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Está certo. Com relação...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Pois não.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Só para informar que, com relação ao ex-dirigente da SPC, depois... Veja bem, ele foi dirigente durante um bom tempo, depois eu acho que, como advogado...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - O Adacir.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - É, o Adacir Reis. Não sei que contrato ele tem. No meu período não teve contratos com ele enquanto advogado e muito menos contrato com Dona Renata e Sr. Fabiano. Não teve contrato no meu período, porque eu sei que, inclusive, a advogada trabalhava em outro escritório. Só criaram depois. No meu período não teve. É só checar, pedir a lista de todos os contratos que estão lá de advocacia.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Segundo: como explicar um investimento da FUNCEF na Oi, que, do ponto de vista de atendimento à população, é uma das campeãs de processos junto ao PROCON? Ela é lucrativa para FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Deputado Marcus Vicente, muito obrigado por essa pergunta. Eu vou fazer um esforço para não me estender, ciente da necessidade de mostrar o que foi o Brasil nos últimos tempos.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Não, eu preciso saber se ela é lucrativa para a FUNCEF.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - A participação hoje na Oi é uma coisa muito pequena e foi o maior imbróglio, foi o maior conflito societário, alguns falaram do mundo, do Brasil, com o gestor Opportunity. Nós tivemos embates



pesadíssimos, que passaram inclusive em todas as audiências do mensalão, na discussão do mensalão. Nós destituímos a... Foi uma forma de entrar absurdamente errada. Eu estou fazendo um esforço aqui de não ficar fazendo comparação de um período com outro, mas a forma de nós termos entrado, que os fundos de pensão entraram e entregaram uma carta branca para um gestor chamado Opportunity foi uma das coisas mais maléficas para os fundos de pensão, foi uma das coisas mais difíceis que nós tivemos para desamarrar. Então, até nós negociarmos e conquistarmos a confiança do Citibank foi uma dificuldade. Essa história toda está registrada. É uma das coisas que mais pesam na CPI dos Correios. Eu estive inclusive aqui numa audiência pública da Comissão de Tributação e Finanças e tratei inclusive sobre isso. Hoje a participação é mínima na Oi. Por quê? Porque hoje em dia a Oi é uma, como eles dizem... Eu gosto de falar assim, porque não me simpatizo com esse estilo de gestores financeiros que gostam de ficar falando diferente, bonito, para impressionar. Hoje em dia é uma *corporate*. Ou seja, não tem um dono só. Era o grupo Jereissati e a Andrade Gutierrez, que eram sócios, e nós éramos donos da Brasil Telecom. Tivemos que tirar o Opportunity da Brasil Telecom e depois fazer negociação com eles, que eram sócios de outras partes. Tinha o problema da TELEMIG; tinha o problema da Amazônia Celular. Isso foi o maior imbróglio, coordenado, dirigido e liderado pela PREVI, que era de longe o maior gestor. Esse assunto era coordenado pela PREVI e nós apoiamos, a PETROS também tinha uma participação, a FUNCEF eu acho que tinha mais do que a PETROS nisso aí. Deputado Marcus, não era só em telefonia, era numa empresa chamada Santos Brasil, era na empresa do Paraná, na SANEPAR. Tinham várias participações que eles criaram um fundo... Isso foi em 1999. Em 1999 criaram um fundo de participação que no exterior eles chamam de *private equity*, e eles compraram essas participações e os fundos entraram junto com eles. E deu uma grande briga inclusive nos Estados Unidos, que tinham um contrato chamado de *umbrella*, que tomava conta, que era uma carta em branco. Isso foi uma coisa que está muito bem escrita e bem montada. Foi uma das coisas mais valiosas que foi feita no Brasil e não tem coloração partidária...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Mas a FUNCEF não teve lucro, então.



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu não tenho condições de olhar agora quanto que está sendo o resultado. Eu sou crítico do investimento que foi feito lá atrás. Eu não tenho condições de te responder se teve lucro ou se teve prejuízo.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Mas, Guilherme, você era o Presidente da FUNCEF.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, eu era o Presidente e posso te dizer agora. Eu não tenho de cabeça se deu resultado se era 100 e passou para 120. Eu acho que foi uma forma ruim de ter entrado em telefonia.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Então os funcionários da Caixa Econômica, da FUNCEF, tiveram prejuízo.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu penso que sim. Eu penso que não foi bom esse investimento em 1999. Não fomos nós que trouxemos isso. Nós encontramos em 1999.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Nós não estamos preocupados com a época não, Guilherme, nós estamos preocupados aqui com os funcionários da Caixa Econômica Federal.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Você está certo. Agora, o que você quer saber especificamente, e nós temos obrigação de responder, eu não tenho aqui agora. Sim, vem cá: quantos vocês puseram nessa...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Mande para a CPI, Sr. Presidente. Que mande para a CPI esses dados importantes.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - É preciso anotar quanto puseram na CPI. Corrige pela SELIC. E quanto vocês têm hoje? Tem que responder isso. Isso é uma coisa fácil de responder.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Vamos a outra pergunta, então. A FUNCEF chegou a ter 50% das aplicações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Peço para partir para a conclusão, Deputado Marcus Vicente. Já temos aí mais de 20 minutos de seu questionamento.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Vou concluir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Estou dando uma tolerância, mas seja objetivo.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Eu sou autor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. já está falando mais que o Relator, Deputado Marcus Vicente. Aí dê prioridade às suas perguntas. A Mesa está sendo tolerante, mas há outros Deputados também que desejam fazer questionamentos.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - A FUNCEF chegou a ter 50% das aplicações de renda variável em ações da Vale, inclusive dentro do seu período. É adequado um investimento tão alto numa única empresa, ainda mais sendo ela sujeita permanentemente ao mercado externo? E, fortemente, a Vale depende da China.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posso responder?

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Claro.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Deputado, a forma com que os fundos de pensão entraram na privatização, seja da telefonia, seja das ferrovias, seja da Vale do Rio Doce ou de outras empresas, é uma coisa que já está registrada em diversas revistas e em livros. A FUNCEF tem uma participação na Vale do Rio Doce que corresponde a aproximadamente... Vou deixar bem claro que eu estou analisando e não estive debruçado nos últimos 5 anos sobre FUNCEF, mas eu posso dizer que agora me atualizei e aquilo que aconteceu em 2010 é o que vale para agora. Mais de 10% do patrimônio da FUNCEF estão alocados na Vale do Rio Doce. Isso não é bom para nenhum investidor. Mas por que fizeram isso? Foi em 1997. E nós assumimos em 2003, inclusive, não tinha governança. Nós ficávamos numa empresa chamada Litel. Nós somos maiores do que a PETROS nisso, e o FUNCESP, que é um fundo de São Paulo, brigando para ter governança, porque a PREVI é que controlava. Então, terminando, não teve nenhuma compra. Nunca compramos Vale do Rio Doce no nosso período. Nunca. E nem podíamos vender, porque tem um contrato que diz que nós somos do grupo de controle, em 1997, por 20 anos, vai terminar em 2017. Não podíamos vender, tá?



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - O.k. Mas, em 2012, para se ter uma ideia, as perdas com a Vale foram responsáveis por 45% do total das perdas da FUNCEF. Em 2012. Quer dizer, é isso mesmo, em 2012 a FUNCEF perdeu 1 bilhão e 300 milhões, 45% em razão das aplicações na Vale do Rio Doce.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Quer dizer, foram 600 milhões, e já vinha registrando perdas nos anos anteriores.

Sr. Presidente, tem Belo Monte aqui, têm tantas outras coisas muito importantes para nós esclarecermos, para nós buscarmos. É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos fazer o seguinte, Deputado: está concluído o seu tempo. Reservo a V.Exa. o direito de, ao final das outras inscrições, se quiser, retornar com as perguntas. Fica a seu critério.

Com a palavra o outro autor do requerimento, Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor começou dizendo que no período em que o senhor esteve à frente da FUNCEF ela obteve uma rentabilidade bem maior do que a meta estabelecida, também maior que a dos demais fundos de pensão, maior que a meta atuarial estabelecida. A que o senhor atribui a saída do senhor?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - A minha saída?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pode.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sr. Deputado Samuel Moreira, muito obrigado pela pergunta. No período em que eu fiquei, nós mudamos o estatuto. Eu preciso valorizar isso. Antes, um presidente, um diretor podia ficar *ad nutum*, podia ir ficando. Eu fiquei um período, no segundo período nós mudamos o estatuto. Eu poderia, inclusive, continuar, mas uma opção pessoal, rigorosamente pessoal...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - De sair.



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu acho, Deputado, que precisa ter rodízio, onde quer que seja....

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, tudo bem. O senhor atribui então a um desejo pessoal do senhor de sair.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu decidi sair da FUNCEF, porque eu acho que não era correto, eu já tinha dado a minha contribuição.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tudo bem. Então o senhor atribui a um desejo pessoal.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A diretoria que o sucedeu, nesse período, já teve um resultado muito pior. Hoje nós estamos aí com um déficit de mais de 6 bilhões de reais na FUNCEF. A que o senhor atribui isso?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sr. Deputado, eu posso explicar e assumir aqui até o período em que eu lá fiquei. Posteriormente... E eu agora fui assistir à apresentação e fui ver o que está acontecendo na FUNCEF... E pode ser que nem todos concordem, mas é a realidade. O maior problema o Deputado Marcus Vicente acabou de falar: uma fundação, que tem mais de 10% do seu patrimônio numa empresa, que deu muitos bons resultados antes... Não é que nós fizemos tudo foi milagre, não. Deu bons resultados antes por causa de Vale do Rio Doce, inclusive. Depois você tem uma crise internacional, uma conjuntura muito séria. O minério de 120 cai para 50 e poucos. Então, isso desvalorizou a Vale. Como é que se valoriza o ativo que se tem? Você contrata empresas pela CVM, e valoriza. Então, você olha o fluxo de caixa hoje da Vale, ela perdeu valor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor acha que...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Essa é a principal razão. Não é a única.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quais são as outras?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, outro ponto importante, que eu até fiz uma sugestão, a FUNCEF tem um montante absurdo de provisões para possibilidades judiciais. Tem muitas demandas dos participantes, muitos atritos...



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor está dizendo que tem recurso disponível para isso...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Tem uma provisão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... que não são contabilizados? Qual o valor?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Esse não pode entrar...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Qual o valor?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu penso que seja acima de 1 bilhão. Eu não sei quanto que é.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor acha que isso seja significativo para um prejuízo...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ... operacional? Eu estou falando... Só para sermos objetivos.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sete Brasil, Belo Monte, por exemplo, o senhor acha que foram bons investimentos, que eles deveriam ser feitos?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, eu tenho...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor faria de novo?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu tenho opinião de que Sete Brasil foi feito dentro de uma dimensão, já expliquei, um fundo de pensão tem que buscar fluxos de caixa constantes. Depois vem uma série de desdobramentos, Deputado, que às vezes você faz numa determinada dimensão, num determinado momento, e depois, o mundo muda.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor disse...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não tem aí nenhuma camuflagem.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É que aí nós vamos perdendo o objetivo. Eu estou fazendo pergunta bem objetiva.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, eu vou ser objetivo.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Foi ou não foi? O senhor acha que foi ou não foi? (*Manifestação na plateia.*)

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu quero dizer o seguinte: na questão, por exemplo, da Sete Brasil, aprofundar na Sete Brasil: o senhor disse que houve um estímulo, um interesse do Sérgio Gabrielli, Presidente, de montar a Sete Brasil, e provavelmente ele tenha influenciado a FUNCEF a investir lá. Houve essa influência?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não. A PETROBRAS, através de sua Diretoria Financeira, procurou a Diretoria Financeira da FUNCEF, junto com o estruturador que ela contratou, o Santander, e discutiu uma alternativa que era importante para a PETROBRAS. Se ela vai fazer aquele volume de investimentos tão grande, vai jogar tudo no balanço dela? Então ela buscou investidores. E eu repito: naquele momento — é só recuperar o que está escrito, o senhor vai ver, tem notícias — tinham muitos investidores querendo. Tanto que vários bancos entraram depois.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, mas é, o...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Então não tem nem essa vinculação de fazer um partido, fazer uma pessoa, não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não, não. Eu não utilizei isso.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu disse o seguinte: o Presidente da PETROBRAS era o Sérgio Gabrielli.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele estimulou a criação da Sete Brasil para que...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não sei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor acabou de falar que eles não queriam contabilizar no ativo.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não sei se foi só o Presidente. Pode ter sido a Diretoria da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A Diretoria toda?



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - A Diretoria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Talvez o Conselho também?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu não sei quem.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Da PETROBRAS?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu não sei, eu nunca pisei lá, não sei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor acha que o Conselho da PETROBRAS não se envolveu na formação da Sete Brasil?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não tenho a mínima condição de informar. Sei...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor nunca foi procurado pelo Sérgio Gabrielli? O senhor se reuniu com o Sérgio Gabrielli?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, algumas vezes...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Gabrielli.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - ... às vezes NOS encontramos, uma vez ou outra, e eu perguntei como é que seria essa questão da Sete Brasil, e ELE informou que o projeto era esse. Mas reuniões objetivas, de negócios, não fez.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, ele explicou que o projeto era criar a empresa.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, uma empresa para...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele tinha opinião de que O fundo tinha que participar?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Nada disso, muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele nunca sugeriu ao senhor que fundo devesse participar?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Nunca, nunca, nunca, claro que não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele era o presidente de uma empresa, não estou dizendo também que isso seja necessariamente um crime.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Até porque o presidente da empresa, de repente, pode até ter uma opinião sobre isso.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, claro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, vocês tomaram essa decisão, e acharam que a Sete Brasil era um bom investimento?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor sabe o prejuízo que tem hoje lá. O senhor sabe o prejuízo que tem hoje da Sete Brasil?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, tenho informações de que o problema...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O prejuízo que causou ao Fundo e aos investidores?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Deputado Samuel, vamos olhar o seguinte, com toda a franqueza aqui: você tem um projeto para comprar, para viabilizar um ativo, que vai dar uma renda fixa, vai dar uma renda sólida, com participação de outros bancos, com participação do BNDES, que tinha um financiamento garantido, com perspectivas muito boas em termos do petróleo. Então, todos os elementos eram favoráveis. Depois não aconteceu.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu, particularmente, discordo desse tipo de criação de empresa, mas aí é outro problema. Agora, Sete Brasil. Em Belo Monte também foi feito um grande investimento. Todos os investimentos, Shopping Bougainville... Bougainville tem até evidências de que havia avaliações de 23 milhões para comprar imóveis e compraram por 45. Canabrava, imóveis com a Planner, todos investimentos ruins. O senhor concorda que esses investimentos, até agora, todos deram prejuízos e não tem ainda uma explicação?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, Canabrava eu não conheço, e não sei do que se trata. Não conheço e não sei do que se trata. Shopping Bougainville foi comprado muito antes de eu chegar lá, nos anos 1990.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tá.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Nos anos 1990, e com atritos que nós tivemos com o gestor, fizemos uma recuperação dele para ver se ele melhorava. Não sei como ele está hoje.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, mas os investimentos estão todos dando prejuízos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pedimos ao Deputado Samuel que caminhe para a conclusão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu já vou concluir. O senhor conhece o Vaccari?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Teve reuniões com ele?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, conheço de muitos anos. Reuniões...? Encontrei com ele várias vezes em razões de relação política. Sobre a FUNCEF, especificamente, nada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Há investimento da FUNCEF na BANCOOP?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Teve. Quando ele não... Ele era Presidente da entidade lá de ...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso, da BANCOOP.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - ... da BANCOOP.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor era o Presidente?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Era o Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor era o Presidente?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor sabe que a BANCOOP quebrou e não pagou o compromisso, e na época já tinha problemas.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posso falar?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É evidente.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - O BANCOOP deu resultado acima da meta atuarial para a FUNCEF. Está lá disponível para o senhor ver. Eu queria dizer para o senhor, e esta oportunidade é muito importante para todos os Deputados aqui ouvirem, que nós fizemos esse investimento como fazíamos com muitos outros. Eu vou dar um exemplo para o senhor: Nós não podemos ter... é muito sério, um fundo de pensão não pode ficar olhando coloração partidária. Nós



fizemos um investimento com o Sr. Antonio Kandir, que tinha sido Deputado Federal, que tinha sido Ministro. Fizemos investimento com o Sr. Gustavo Franco, que foi do Banco Central. Fizemos investimento com a BR Educacional, que inclusive comprou um pedaço da *Veja*. Então, nós não podemos ter essa condição de ficar selecionando...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Uma pergunta objetiva ao senhor: o Vaccari tinha influência na FUNCEF?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu nunca discuti com o Sr. Vaccari qualquer assunto sobre qualquer assunto específico da FUNCEF.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor teve várias reuniões, encontrava ele várias vezes, o senhor falou agora, de relacionamentos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o tempo, por favor.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu o conheço por razões políticas, sindicais, está certo? Se eu falar para o senhor que eu não conheço, é mentira. Mas a gente conhecer, encontrar num momento, num evento, a gente conhece. Eu conheço o Deputado Marcus Vicente, posso conviver com ele menos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor conhece, teve relações, mas afirma que ele não influenciou.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na FUNCEF, o senhor se reuniu com ele já?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Nunca.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pelo menos o BANCOOP o senhor deve ter discutido com ele.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - O BANCOOP, lá atrás, discutimos, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É, porque houve, efetivamente, um...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, eu estou dizendo enquanto tesoureiro do partido, cargo que ele assumiu depois, bem depois, já estava, compreende, eu nunca discuti.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o tempo, por favor.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu vou concluir com a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado está indo para a conclusão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Para concluir.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Viu, Sr. Presidente? Nunca discuti, enquanto presidente da FUNCEF, nunca. Não, enquanto ele tesoureiro do ...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, mas o senhor já o recebeu na FUNCEF.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu não me lembro se antes, na época da BANCOOP, ele esteve lá ou não. Isso eu não me lembro. Mas que foi discutido com ele foi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É que o senhor fez uma afirmação aqui de que não tem nenhum preconceito contra a pessoa ser afiliada.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor fez uma afirmação textual que em alguns momentos o senhor era mais envolvido, e às vezes menos envolvido com o PT, menos afiliado e mais afiliado. O senhor afirmou isso na exposição.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim, foi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu suponho que, pelo longo período, de 8 anos, o senhor possa até ter se envolvido bastante.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria uma questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A minha pergunta é a seguinte: havia essa relação com o Vaccari, com o Gushiken, e o senhor... Eu queria que o senhor me respondesse literalmente: o senhor fez várias reuniões — várias! — com o Vaccari. O senhor vai afirmar aqui para nós que não tratavam de fundos de pensão, nunca trataram.



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu não fiz... isso não está correto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, trataram.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não fiz várias reuniões com o Vaccari.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor falou que tinha um relacionamento com ele.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, posso... conheci, claro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas nunca tratou sobre fundos de pensão.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sobre a FUNCEF.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sobre assunto específico da FUNCEF, não, senhor. Nunca tratei.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele enquanto tesoureiro. Sr. Presidente, eu queria uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É o seguinte, Sr. Presidente, acabou a Ordem do Dia, nós ainda temos um requerimento para deliberar, e eu sugiro que nós suspendamos a oitiva do Sr. Guilherme Lacerda para apreciar esse requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Para contraditar, Sr. Presidente. Eu sou um dos autores do requerimento, o primeiro autor, precedente. Quanto à questão de ordem da Deputada Erika, se acabou a Ordem do Dia, melhor ainda, muito bom, não vai interromper, ao final desta oitiva, a votação do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós temos quórum neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Acato a posição desse...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós temos quórum neste momento. O quórum pode não se sustentar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que consulte...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós não precisamos de quórum para oitiva, V.Exa. sabe disso. Entretanto, o quórum pode não se sustentar, e nós vamos deixar de apreciar um requerimento.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A decisão é da Presidência.

(Não identificado) - Não, e é importante que se respeitem todos os inscritos, o requerimento, o autor do requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Com certeza. Eu estou propondo que todos sejam escutados. Eu, inclusive, estou inscrita para falar. Que todos possam falar. Entretanto, nós temos um requerimento, cuja apreciação exige quórum, que nós temos neste momento. O quórum pode não se sustentar. O requerimento não foi apreciado porque começou a Ordem do Dia. A Ordem do Dia já se encerrou. Eu estou propondo que nós apreciemos o requerimento e continuemos escutando o Sr. Guilherme Lacerda, assegurando todas as inscrições necessárias, porque nós precisamos esclarecer todos os fatos.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma questão de ordem concreta. Temos um requerimento em pauta. Eu estou sugerindo que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Temos, e ele pode ser votado até o fim da sessão, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Com certeza. E eu proponho que seja votado agora, porque senão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre a proposta de V.Exa., é a Presidência quem define o momento de votar. (*Palmas na plateia.*)

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A questão de ordem está recolhida e respondida. À Presidência da Mesa é que cabe determinar o ritmo dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu sei, Sr. Presidente. Então nós estamos sugerindo à Presidência que faça a discussão, neste momento, do



requerimento, sob pena de não podermos apreciá-lo em seguida, porque não haverá quórum para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Recolhida...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. quer ou não quer apreciar o requerimento?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Iremos apreciá-lo. Temos a tarde toda para fazê-lo. Não sei para que essa urgência.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas nós estamos no meio de uma oitiva!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não teremos quórum a tarde inteira, Sr. Presidente! V.Exa. sabe disso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas nós estamos no meio de uma oitiva!

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A oitiva foi suspensa para que apreciássemos o requerimento do Deputado Sergio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De urgência, a pedido do Relator.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E nós estamos sugerindo que apreciemos esse requerimento hoje!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não há consenso! Havia consenso naquele momento. Não há consenso!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não precisamos de consenso. Não precisamos de consenso. Se o Presidente não quer apreciar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputada Erika Kokay, quando V.Exa. vê que o quórum está a seu favor para blindar o Bumlai, V.Exa. pede para votar. Nós não vamos fazer isso. Vai ser de acordo com o requerimento. *(Palmas na plateia.)*

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu também posso dizer que V.Exa. não quer apreciar um requerimento porque não quer escutar a maioria. V.Exa. sabe que o quórum não vai se manter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O ritmo é da Presidência.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está esclarecida a sua posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está esclarecida a sua posição. V.Exa. não quer apreciar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado. A sua também.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não quer apreciar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A sua também.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. quer esvaziar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. esperou o quórum mudar a seu favor para fazer esse pedido.

Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, uma questão de ordem!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esperei acabar a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Rocha.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não quer apreciar o requerimento, porque não quer vê-lo derrotado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Permita-me, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É sobre o tema do depoimento?



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só um pouquinho, Sr. Presidente. Eu queria lhe consultar, apelando ao seu espírito democrático. Embora a prerrogativa seja do Presidente — nós sabemos disso —, consulte o Plenário, porque, se V.Exa. afirmar que agora é importante para a Deputada Erika Kokay colocar porque está a favor, pode-se chegar à conclusão de que V.Exa. está procurando a alternativa de ser contra. Acho que esse não é um princípio democrático para um Presidente.

Eu solicitaria que V.Exa. consultasse, que dividisse conosco, se é possível fazer isso, como há pouco. O Relator, por exemplo, mesmo estando na oitiva, fez o encaminhamento de um requerimento correto, foi compreendido por V.Exa... Então, estou fazendo um apelo, para que V.Exa. consulte o Plenário, porque assim dividimos a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Irei consultar no momento adequado.

O depoente retornou, e damos prosseguimento aos trabalhos com o Deputado Rocha. (*Palmas na plateia.*)

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria já iniciar com o depoente questionando sobre uma pergunta que o Deputado Samuel Moreira fez sobre um prédio. O Deputado falou de um *shopping*. Eu quero saber do depoente sobre um prédio da Caixa de Florianópolis que foi avaliado pela Caixa Econômica Federal em 23 bilhões e foi comprado pela sua gestão por mais de 40 bilhões 3 meses depois da avaliação. Eu queria que V.Sa. explicasse isso.

Outra coisa que eu queria que V.Sa. explicasse é por que na sua gestão V.Sa. terceirizou os empréstimos aos participantes da Caixa para uma empresa ligada ao Grupo PAR, que tem na sua formação membros da FENAE e da APCEF, com um custo bem maior aos participantes. É sabido que a inadimplência dessa carteira é quase zero.

Eu quero saber também de V.Sa... Durante a sua gestão, houve alguns períodos em que a FUNCEF teve saldo positivo, superávit. Por que V.Sa. não atendeu o que está disposto na Lei Complementar nº 109 e deixou um fundo de reserva nesses períodos? Se V.Sa. assim procedeu, partiu de quem a autorização



para não guardar esse fundo de reserva? Como constou na contabilidade esse procedimento?

Eu queria também saber de V.Sa. como se deu esse processo, o saldamento na gestão de V.Sa. Quem pagou por ele? Qual foi o benefício para os participantes que saldaram seus planos?

Quero saber também de V.Sa. o valor das provisões para perdas. Estão incluídas no déficit ou são deduzidas dos recursos garantidores do plano?

Outra pergunta: foi calculado quanto a FUNCEF perdeu em virtude do atraso num pagamento da dívida da Caixa? Em caso positivo, eu quero que V.Sa. explique qual o montante desses valores, atualizado, se for possível.

V.Sa. disse que era filiado ao Partido dos Trabalhadores. Eu queria saber se V.Sa. fez contribuições para a campanha — é bom lembrar que V.Sa. está sob juramento — de algum político ou de algum partido.

Para finalizar, Sr. Presidente. O depoente era bancário do Espírito Santo, ligado ao Sindicato dos Bancários, que é ligado também à CUT. O sucessor dele, Sr. Carlos Alberto Caser, também tem a mesma origem, Sindicato dos Bancários, também ligado à CUT, e o ex-tesoureiro do PT Vaccari da mesma forma. O fato é que, durante boa parte dos Governos Lula e Dilma, os dirigentes da FUNCEF, PREVI, PETROS, POSTALIS tinham o mesmo perfil: militantes do Sindicato do Bancários, filiados ao PT, ligados à CUT, ligados ao Vaccari. Coincidentemente ou não, esses fundos dirigidos por membros do PT, militantes da CUT, ligados — e aí eu vou aproveitar o que disse o Sr. Carlos Alberto Caser — com intimidade normal ao Sr. Vaccari, tomaram decisões erradas em investimentos, e esses investimentos, praticamente todos eles, são ligados a empresas agora sabidamente envolvidas no esquema de desvio de recursos da PETROBRAS. É lógico que o senhor não vai querer que nós acreditemos que tudo isso era coincidência, depois do que se descobriu com parte da Operação Lava-Jato.

Então, V.Sa. mostrou um cenário que na prática não corresponde à realidade, não corresponde à realidade dos participantes, que amargaram um prejuízo de 11 bilhões ao longo dessas últimas gestões. Ao contrário do que disseram aqui outros Parlamentares, que tentaram transferir a responsabilidade para outros períodos,



V.Sa. pintou um cenário diferente daquilo que hoje é a realidade destas pessoas que estão aqui. (*Palmas na plateia.*)

Eu queria que V.Sa. respondesse às perguntas que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado pelo cumprimento do tempo.

Com a palavra o Dr. Guilherme Lacerda.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Deputado Rocha, muito obrigado pelas perguntas. Vou fazer um esforço para ser objetivo. Em primeiro lugar — inclusive essa pergunta foi feita pelo Deputado Pestana, e eu acabei na correria não respondendo —, olha, esse imóvel da Caixa Econômica Federal de Florianópolis, certo... Não procede essa comparação...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu tenho em mão documentos. Eu tenho a avaliação da Caixa e tenho o documento de compra do prédio. (*Palmas na plateia.*) Eu quero que se registre, porque nós vamos cobrar.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esperem que o depoente possa responder!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos aguardar a resposta do depoente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. quer a resposta, ou não?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Se nós pudéssemos ouvir o depoente, e depois os Deputados... Ele está sob juramento, e o fato de V.Exa....

O SR. DEPUTADO ROCHA - Quero lembrar a ele que eu tenho os documentos, tanto da avaliação da Caixa quanto da compra.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Ótimo.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - O senhor pode ter também sabe o quê, além dos documentos? Eu participei em Florianópolis, depois que nós fizemos a contratação, de um debate em que ficamos durante um bom tempo. Inclusive eu pedi à época para gravar, está certo? Está gravado, e o senhor pode tentar obter. Eu não tenho, pessoalmente, mas eu posso tentar conseguir todo o



debate que eu fiz com os funcionários em Florianópolis a respeito da aquisição desse terreno. Isso é para o senhor ter uma segurança de tudo que nós falamos. Evidentemente, um fundo de pensão, Deputado, precisa ter investimentos que deem uma renda estável. Nós compramos aquele terreno... É preciso verificar assim: quando foi comprado, em que condições, se as avaliações foram corretas e quanto ele vale hoje. Compramos numa área em que estavam surgindo outros órgãos — Ministério Público, Polícia Federal, várias entidades. Depois, se o senhor quiser mais detalhes, a gente pode passar para o senhor, mas eu estou seguro de que foi um investimento que não trouxe uma penalização a qualquer participante da Caixa Econômica Federal, inclusive com resultados muito positivos sobre o contrato que se tinha com a Caixa, entendeu? Olha, sobre o detalhamento, então, o senhor pode ter isso, está disponível, a gente pode tentar recuperar lá com os representantes de Florianópolis. Sobre o Grupo PAR... Eu posso continuar, ou o senhor quer...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode continuar. Pode responder todas as perguntas. O tempo do Deputado já está concluído.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sobre o Grupo PAR, eles criaram esse grupo para trabalhar a questão de dinamizar e organizar o financiamento para os participantes. Está certo? Foi o que foi feito àquela época. Eles têm uma ligação lá com a entidade deles, a FENAE, mas foi feito com muito rigor, e os resultados que foram feitos — está certo? —, sendo que eles eram os próprios participantes, foi o que nós contratamos à época com o Credinâmico, para melhorar inclusive o relacionamento, para melhorar a contratação. Não fizemos mais nada com o Grupo PAR, a não ser isso, Deputado Rocha. E também fizemos depois um acordo com eles, que o senhor nem citou, mas eu cito, que era para o PAR Cultural, que foi até um exemplo de que nós inclusive estimulávamos as pessoas a fazer contribuição para a Lei Rouanet, para eles organizarem inclusive ações culturais no Brasil inteiro. Foram as únicas duas coisas que eu fiz. Posteriormente, se houve outras coisas, eu não me envolvi, não sei. Está certo? Sobre o saldamento, de tudo que se discute aqui, vocês podem ter certeza, e previdência privada é um negócio complexo, de que a coisa mais difícil é fazer o saldamento de um plano. Por isso é que nós tínhamos que ter confiança e um clima colaborativo. O clima era muito arredo entre Caixa Econômica, participantes ativos e aposentados.



Então, não foi fácil. Eu, que não sou funcionário da Caixa Econômica — não era, não fui funcionário, não sou bancário —, quero dizer para o senhor... Eu fui bancário do Banco do Brasil há muitos anos atrás, o que muito me honra, mas depois eu optei por ir para a universidade. Procurei fazer com a maior objetividade, dialogando com os aposentados e dialogando com o pessoal da ativa, criando transparência, criando a sala dos aposentados, criando uma série de maneiras para que eles pudessem participar. Por isso, já vou respondendo, quando nós chegamos lá já estava aprovado. Eu já falei isso para o primeiro Deputado que nos perguntou, Deputado Pestana. Havia uma aprovação do acordo da Caixa, uma dívida provisionada na Caixa Econômica de 4 bilhões. Várias divergências havia sobre alguns pontos. Então, houve uma aprovação na Caixa Econômica em 2002, ainda no outro Governo, para se fazer o pagamento efetivo de 2 bilhões e 700. Está certo? Isso já estava aprovado na Caixa. Então eu trouxe para a FUNCEF, e nós aprovamos logo no primeiro ou segundo mês que eu cheguei. Inclusive quero dizer que havia um problema lá sério. Estava escrito lá para pagar 80 milhões para advogado, o que nós questionamos. Estava escrito lá, e vocês podem levantar. Questionamos, depois não pagamos, e vimos que estava errado. Entendeu? Isso nós podemos passar para vocês aí, um pagamento que nos assustou, de 80 milhões para advogado. Então, o saldamento foi construído com muita, com muita dificuldade, muita, não foi fácil, não. Por isso é que tínhamos que concordar em passar parte dos recursos para as aposentadorias e parte para as reservas. O senhor falou em reserva, em fundo de reserva. Foi feito fundo de reserva. Um quadro ali mostra. Porque você pode olhar para um fundo e ele estar em equilíbrio, mas ser mentira e ele não estar em equilíbrio nada. Se as pessoas morrem... Uma vida média é até 85 anos, mas se você está dizendo lá que ele vive até 65 só, é claro que não vai estar em equilíbrio. Então nós temos que olhar isso com muito critério.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Qual foi o percentual desse fundo de reserva?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Está ali. Está escrito ali, olha, quanto foi. Está certo? Reajuste de benefício, fundo de ajuste... Está certo? Sempre ia fazendo isso. Isso tudo aí é o que corresponde a reajuste....

O SR. DEPUTADO ROCHA - A pergunta é simples: qual é o percentual que foi destinado a esse fundo de reserva?



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, o conceito de fundo de reserva... O que interessa é esse conjunto aí, está certo? Todo recurso adicional... Se o senhor não estiver satisfeito...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Estou perguntando a V.Sa. o percentual que foi destinado ao fundo de reserva.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu não sei. O percentual eu não sei dizer. O senhor me desculpe, mas, depois de 5 anos que eu já saí de lá, eu não estou assim com tanta coisa na ponta da língua de percentual de fundo de reserva.

O SR. DEPUTADO ROCHA - O senhor esqueceu até o contrato que foi feito, a avaliação. Três meses depois foi vendido o prédio por 20 bilhões a mais, e o senhor esqueceu.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, não, isso eu não esqueci, não está correto. Não concordo.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Então os documentos que eu tenho não são verdadeiros, da própria Caixa?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Olha, eu já falei para o senhor para o senhor conhecer toda a história disso aí. Está disponível.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Três meses depois, 20 bilhões a mais?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sobre contribuições para campanha, eu quero dizer para o senhor o seguinte: eu, nas últimas campanhas, não fiz. Não me lembro. Agora, eu me comprometo, se lá para trás eu fiz alguma contribuição...

O SR. DEPUTADO ROCHA - O senhor não lembra se fez contribuições lá para trás?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, não lembro, e posso me comprometer aqui com o senhor — se fiz, foi de um valor muito irrisório, está certo? — a mandar aqui para o Presidente, a mandar aqui para vocês. Se fiz, foi de valor muito irrisório.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Esses dados, para sua informação, são públicos.



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Aliás, era isso o que eu iria dizer também para o senhor. Então, eu não sou bancário, eu não sou da CUT, não.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu só quero sugerir que, caso o Deputado Rocha saiba e tenha em mãos....

O SR. DEPUTADO ROCHA - A resposta é do inquirido, não é minha.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu sei. Então ele se prontifica a mandar, a enviar.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Eu vou levantar o meu Imposto de Renda, vou ver lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Estão conclusas as respostas, ou mais algum ponto ficou em aberto? (*Pausa.*)

Vamos passar para o próximo.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, ele não explicou o processo de saldamento. Ele falou muito *en passant*, muito *en passant* mesmo. Parece que estava fugindo da pergunta.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, não fujo não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O que V.Exa. quer saber mais? E aí vamos passar para o próximo, Deputado Rocha. Algum ponto específico? Alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Eu vou me reservar para o final, vou retornar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, que irá agregar o tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu há pouco fiz um pronunciamento em plenário fazendo leitura, em parte, da peça cujo pedido foi feito e assinado pelo Procurador-Geral da República, denunciando o mensalão. Essa peça, Deputado Samuel Moreira, começa com um item mostrando, em linguagem oficial, item terceiro, em caixa alta, em negrito: **“QUADRILHA”**. Segue o Procurador-Geral da República em petição ao Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do STF, sempre falando da existência de uma sofisticada organização criminosa.

A organização criminosa ora denunciada era estruturada em núcleos específicos, veja a sofisticação.



Pelo que foi apurado, o núcleo principal da quadrilha era composto pelo ex-Ministro José Dirceu, então Chefe da Casa Civil do Governo Lula, ex-Presidente do PT, então; pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares; pelo ex-Secretário-Geral do Partidos dos Trabalhadores Sílvio Pereira; e pelo ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores José Genoíno. Esta é a organização criminosa cuja petição foi assinada pelo Procurador-Geral da República, que deu início ao processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal e os condenou à prisão. O último deles envolvido no mensalão acaba de ser preso: Sr. Henrique Pizzolato, das estatais em que o PT colocou a mão e roubou dinheiro do povo brasileiro.

Não é diferente na FUNCEF. *(Palmas.)* Não é diferente no POSTALIS. *(Palmas.)* Não é diferente na PREVI ou na PETROS. Todos os fundos têm a mão da organização criminosa que tomou conta do poder. E diz aqui o Procurador: *“Tomou conta do poder e continua com essa organização criminosa para se manter indefinidamente no poder.”* Este é o programa do Partido dos Trabalhadores. Esta peça é uma peça que só o cínico pode negar. Só um cínico pode negar!

O senhor vem aqui como filiado ao partido, candidato ao partido, ora foi do partido, ora não foi. Será que foi na hora do mensalão, ou está sendo agora na hora do petrolão, ou do financiamento das grandes empreiteiras pelo BNDES, a juros subsidiados?

O Grupo PAR foi feito pela DCM. Os gerentes da FUNCEF fizeram essa empresa para poder, saindo da FUNCEF, saindo de lá como gerentes, montar uma empresa para tirar dinheiro dos aposentados e pensionistas da FUNCEF. *(Palmas.)*

Esse grupo está aqui identificado. E o que chama a atenção, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que chama a atenção é que a FENAE, Federação Nacional dos Economiários, sempre defende as ações da FUNCEF, mesmo com um furo de mais de 10 bilhões de reais. *(Palmas.)* E onde vai, onde mexe, não é diferente.

Aqui está o organograma, mostrando quem é o Sr. Júlio Neves de Carvalho e a D. Rosane Aires Pereira, saídos da direção da Caixa Econômica, das suas atividades, montando uma empresa para tomar dinheiro. E não é pouco, não. Depois a FENAE compra o Grupo PAR, a *holding*. Depois isso é vendido por 450 milhões de reais... Ninguém sabe aonde foi parar o dinheiro.



Então, nós estamos sendo assaltados em todos os setores da vida nacional. Onde tem uma estatal, lá está a mão daqueles que estão corrompendo. Enquanto isso, aposentados e pensionistas tendo que tirar do seu salário, da sua pensão, para cobrir furos e roubalheiras dessas ações do partido dentro dos fundos de pensão. *(Palmas.)*

O que chama a atenção é que a aplicação — o senhor deveria estar lá à época — na Sete Brasil deu um prejuízo de 1 bilhão e 400 milhões de reais. A Sete Brasil foi criada para buscar dinheiro do BNDES e de fundos de pensão para eles botarem a mão no dinheiro. Sete Brasil hoje é uma empresa insolvente — insolvente! —, dada a incapacidade de gestão e, de outro lado, a roubalheira daquilo que não tem limites para se roubar. Se antes se falava em milhares, depois em milhões, no mensalão, agora são bilhões de reais no petrolão e nos fundos de pensão.

Não foi diferente na OAS: prejuízo de 332 milhões de reais. Não foi diferente no Branes Negócios e Serviços S.A.: 12,9 milhões de reais; no Banco Oboé, 4 milhões; Eldorado Florestal: 485 milhões de reais de prejuízos; debêntures da ALL Logística: 153 milhões de reais de prejuízos; Gradiente: 17 milhões de prejuízo; Multiner: 198 milhões, e vai por aí. Esta é a gestão dos membros do PT no fundo de pensão da FUNCEF. Esta é a gestão. *(Palmas.)*

Então, Sr. Presidente, eu sinto que nós aqui, quando estamos a apreciar alguém que vem prestar depoimento... Eu estava aqui assistindo no início à apresentação da sua fase, de 2003 a 2011. São 8 anos! São 8 anos que ele esteve lá, e deixou este legado que aí está, como 8 anos o Lula ficou e deixou este legado que aí está, mudando nome de programas, usufruindo do Plano Real, que o PT foi contra, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o PT foi contra... São verdadeiros aproveitadores do sucesso do País, e depois não sabem administrar, sequer para dar uma evolução em termos de economia e resultado. Destruíram as finanças do País para reeleger a Presidente Dilma. Então, o País está deste jeito.

Aí vem uma peça, como ele apresentou no início, com números, maravilha! “*Olha que cresceu 300%! Vejam que é isto, que é aquilo...*” É como se nós fôssemos aqui um banco de idiotas. *(Palmas.)* Quem é que acredita neste Governo, que mentiu durante a campanha eleitoral para se reeleger, que não ia aumentar a taxa



de juros, e já aumentou sete vezes depois da eleição? Quem é que acredita neste Governo que disse que não teria inflação? A inflação está pegando os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que não têm condições de recuperar minimamente o seu rendimento, o seu salário. Quem é que acredita neste Governo que desonerou as empresas para ganhar a eleição, e terminada a eleição reonera as empresas, milhares delas? Quem é que acredita neste Governo, que disse durante todo o tempo que nós teríamos um País melhor do ponto de vista econômico? O País está à beira da insolvência. Vamos precisar de 3 anos, de 4 anos, de 5 anos para sair do caos econômico da gestão do PT, em todos os setores do Governo Federal.

Sr. Presidente, vim aqui registrar isso e pedir a V.Exa. que, no tempo, possa dar a oportunidade não só de inquiri-lo, mas de ele mandar documentos e requerimentos necessários ao pronto esclarecimento do desastre que foi a gestão dele (*palmas*) na FUNCEF e do desastre que significa a influência do Partido dos Trabalhadores no BNDES e nos fundos de pensão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Rubens Bueno. Os requerimentos de informações de V.Exa. serão muito bem-vindos e serão encaminhados ao Sr. Guilherme Lacerda.

Pela ordem, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - É apenas para lembrar que na fala de Líderes não cabem perguntas. Então, tendo em vista que não cabem perguntas nas falas de Líderes, eu sugiro a V.Exa. que chame o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pela Liderança do PT, Sr. Presidente, falarão o Deputado Enio Verri e a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Vamos dividir o tempo eu e a Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela Liderança do PT, concedo a palavra, por 9 minutos, ao Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, quero agradecer esta oportunidade.

Sr. Guilherme Lacerda, foi um prazer ouvi-lo.



O que me deixa bastante entristecido na Casa do debate é quando o debate empobrece a este nível. O que me parece mais triste ainda, Sr. Presidente, caros Parlamentares, é querer esconder o que está por trás de todo este debate.

Ora, por que quem é Ministro é do PT ou de um partido próximo? Por que o dirigente da CUT também pode ter um cargo de dirigente? Por que outro dirigente do PT de determinado Estado está em determinado banco? Isto se chama escolha de classe, isto tem clareza. Por que no Governo do PSDB, do PPS, do Democratas, quem dirigia a PETROBRAS era banqueiro? Porque esses partidos sempre foram ligados à elite do País, sempre foram ligados aos milionários, àqueles que deixaram este País miserável, àqueles que fizeram deste País um País empobrecido, fazendo a vergonha deste País.

Era natural que o Ministro da Saúde na época fosse uma pessoa ligada aos bancos. Eram naturais na época as privatizações, a pasta rosa, a Vale do Rio Doce, o SIVAM, tudo isso. E esses escândalos? Escândalos de que eles participaram, de que o PPS participou, de que o DEM participou, de que o PSDB participou. E não falavam grosso! Porque foram favorecidos, porque tiveram vantagens. E, naquele momento, cadê o discurso da moralidade, cadê o discurso da verdade? Não fizeram! Não fizeram porque foram favorecidos, porque setores da elite deste País tinham contato com a imprensa. A própria imprensa não colocava.

Muito me admiram esses discursos. São discursos falsos, que querem esconder que aquele Governo, de que esses partidos que já citei duas vezes eram parte, sempre foi ligado à elite, aos banqueiros, aos grandes latifundiários. Eram eles que dirigiam o País, não só no Governo do PSDB, mas nos 500 anos deste País, que levaram o País à miséria. Foram eles que fizeram! Fizeram, e agora, porque perderam para o Lula, perderam de novo para o Lula, perderam para a Dilma e perderam de novo para a Dilma — e não reconhecem a derrota —, acordam todo dia chorando, fazendo biquinho, e vêm fazer um discurso como esse.

É preciso que se tenha clareza: com todo o respeito, ou se ganha no voto, ou se faz oposição com respeito, uma oposição com educação. A divergência de ideias é saudável. Isso faz o País crescer. Temos diferenças. Eu respeito e gosto das diferenças. Mas é fundamental que se tenha respeito na maneira de dizer, e é



fundamental que este País tenha uma história e que não se analise apenas o hoje, sem analisar por que nós chegamos ao que temos agora.

É preciso ter claro que, quando se desrespeita a democracia, quando se esquece a história deste País, quando se desrespeitam os votos, o discurso é falso, é um discurso que defende golpe, é um discurso que defende ditadura, é um discurso assim: *“Só é bom se nós dirigirmos; se nós não dirigirmos, não é bom. A democracia é boa se nós ganharmos; se nós perdermos, a democracia não é boa. A imprensa é manipulada se bate em mim; se não bate, ela é boa”*. Ora, vamos ter um pouco de coerência! Fala-se nisso como se, por exemplo, esses partidos fossem os pais da moralidade.

Eu sou do Estado do Paraná, onde o Governo tem 83% de rejeição, do PSDB, um Governo envolvido em escândalos gigantescos na Receita Estadual, com boa parte deles preso e dizendo claramente que foi a pedido da Primeira-Dama e do Governador que arrecadaram dinheiro para a campanha. Estão presos! O responsável pelo processo de construção de escolas está respondendo processo e vai fazer delação premiada! O principal assessor do Governador Beto Richa, de Londrina e que inclusive tinha o nome dele tatuado no braço, foi preso e denunciou o Governador. Denunciou o Governador! E estão lá o PSDB, o Solidariedade — o Solidariedade inclusive foi responsável pelo massacre de 200 professores, que foram hospitalizados —, o PPS.

O debate e a divergência rica eu defendo e terei enorme prazer em fazer, mas sempre lembrando: não venha cantar de galo quem não pode. O exemplo do Paraná é o melhor exemplo do que foi no passado o Governo do PSDB e do que está sendo hoje, não só no Paraná, como em São Paulo. Os dois Estados estão fechando escolas, mas construindo cadeias.

Eu espero que este debate seja enriquecedor e que não se caia num nível tão pobre como este.

Muito obrigado.

Companheira Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Olhem, eu penso que nós temos um desnudamento do que alguns setores querem com esta CPI. Não querem em verdade apurar o que houve nos fundos de pensão, querem apenas vir com a



verdade pronta, uma verdade construída, e a partir daí traçar os caminhos para validar essa verdade. E não têm conseguido. Eu entendo o desespero. Eu entendo o desespero dos que vêm aqui para tentar tirar o foco de investigação desta própria CPI. Porque, até o momento, os trabalhos desta CPI, que tem 2 meses ou quase isso, não pontuaram aquela verdade que se queria atingir.

E aí digo com muita tranquilidade que se tenta criminalizar a todo tempo o Gushiken. Aqui se falou-se da Ação 470, em que o ex-Deputado Gushiken foi inocentado. Gushiken foi inocentado pela ação que levou à prisão uma série de petistas, o que mostra a independência neste Governo para se proceder às investigações necessárias e passar a limpo o País.

Agora, aqui se vem falar que, como o depoente é filiado ao PT, a sua gestão foi um desastre. Eu queria apenas lembrar qual era a situação que o depoente encontrou na FUNCEF.

Eu vou falar de uma reportagem da revista *Veja* à época. Em 29 de novembro de 2000, acerca do período de 1996 a 1998, Governo Fernando Henrique Cardoso, a revista fez uma matéria sobre a FUNCEF em que dizia: “*Fundo de pensão é gerido como quitanda*”. Mais de 30 operações ou investimentos realizados pela FUNCEF em gestões anteriores à do depoente Guilherme Lacerda estão sob investigação do Ministério Público Federal ou da Secretaria de Previdência Complementar à época. Nós temos aqui gestores da FUNCEF que tinham alçada individual e negócios que hoje são esqueletos no armário da própria FUNCEF, que foram organizados naquela época: a Casa Anglo, o Playcenter, Crefisul Leasing, tantos negócios estabelecidos na FUNCEF durante o Governo Fernando Henrique, mas que parecem que não existiram.

É bom lembrar que, quando o Sr. Guilherme Lacerda assumiu a FUNCEF, nós tínhamos um patrimônio de menos de 10 bilhões, e ele a deixou com um patrimônio por volta de 50 bilhões ou mais. E aí se vai dizer que a gestão foi fraudulenta?! Onde, se teve rendimento de 310% e se se fizeram todas as auditorias necessárias? A primeira coisa feita pelo Sr. Guilherme Lacerda, quando assumiu a FUNCEF, foi ir ao Ministério Público, foi ir à PREVIC, foi estabelecer inclusive auditorias da própria Caixa, passar a FUNCEF a limpo! Isso é fato! Não me venham aqui aqueles que ainda acham que estão em um palanque, que reconhecem que



não conseguem ganhar uma eleição neste País e tentam golpear a vontade do povo brasileiro, reconhecendo a sua incapacidade de ganhar uma eleição pelo próprio voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Para a conclusão, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Portanto, eu encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo: vamos aos fatos, o grande prejuízo da FUNCEF neste momento tem um responsável. É o Governo que forçou os fundos de pensão a contribuir e participar do processo de privatização e fez com que adquiríssemos ações da Vale, e só pudéssemos nos desfazer delas em 2017, o que é um dos grandes motivos dos déficits que temos visto aqui hoje.

Era isso o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - O próximo inscrito é o Deputado Andres Sanchez. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra o Deputado Herculano Passos. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra o Deputado Enio Verri. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra o Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra o Deputado Paulo Azi. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra o Deputado Vitor Valim. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra o Deputado Raul Jungmann. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)* Ausente.

Portanto, não há quem queira fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu queria só dois esclarecimentos básicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputado, para os seus dois esclarecimentos básicos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O primeiro é o seguinte: o senhor disse que o Júlio Neves foi assessor especial do senhor — eu não estou fazendo nenhum prejulgamento — e depois Secretário da FUNCEF. Desculpe-me, foi o que montou depois a empresa junto com a esposa, não me ocorreu o nome agora, Fabrício Silva e Renata. Mas o Fabrício, o senhor disse que ele foi o seu assessor



especial? Eu não entendi direito, por isso que estou pedindo esclarecimento, e depois ele foi Secretário-Geral da FUNCEF, é isso?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - É o seguinte: na fundação há um grupo pequeno de assessores, coloca-se um como Secretário-Geral para coordenar a assessoria. No final, ele foi como Secretário, essa pessoa inclusive já tinha artigo sobre previdência. Não é o Júlio Neves. O Júlio Neves foi gerente da área imobiliária.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, eu não estou julgando a relação do senhor com o Fabrício.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Está bom, eu só estou informando ao senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele trabalhava com o senhor há muito tempo? O senhor o conhece?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Conheci lá, ele foi trazido pela advogada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fabrício Silva, que montou a empresa e depois prestou serviço para a FUNCEF.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não no meu período. Foi muito tempo depois; não no meu período, e não só para a FUNCEF.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Outro esclarecimento é sobre a questão da Sete Brasil, se o acordo foi feito na época do senhor. Eu queria reafirmar isso, porque, em que pesem os resultados da gestão do senhor ter apresentado os resultados que o senhor apresentou, alguns contratos que o senhor assinou antes de sair apresentam péssimos resultados.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A Sete Brasil, por exemplo, foi feita pelo senhor? Belo Monte foi feito pelo senhor?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Deputado, se o senhor me permite, em termos específicos de data, eu tenho que olhar e passar para o senhor. Agora, o que eu já falei e assumo é o seguinte: a discussão da Sete Brasil — no início dela, eu estava lá — e participei dela, está certo? Isso foi bem no início. Eu não tenho aqui segurança total se foi aprovado, ainda quando eu estava lá, em



março ou abril de 2011, mas isso é fácil de dizer. O importante é que eu participei inicialmente da Sete Brasil, na discussão, e na Belo Monte também houve um início de discussão, da qual eu participei. Só que foi o início; depois você manda para o Conselho Deliberativo, depois há várias outras decisões que vão sendo tomadas de mais aporte de capital — isso tudo não é mais no meu período, só isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, um último esclarecimento, só para a gente ir formando ideias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - É que nós temos um outro depoente aqui também e vamos escutá-lo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, mas é só um último.

Na questão do Vaccari, eu só queria saber o seu grau de relacionamento com ele, se se falavam pelo telefone, se chegaram a trocar *e-mail*, se se reuniram, quantas vezes o encontrou, dez, cem, queria uma ordem de grandeza. Quantas vezes o encontrou? Dez, cem? É uma ordem de grandeza.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - (*Riso.*) Não. É muito longe de dez a cem. Eu o conheci como colega do partido. Está certo? Eu o conheci como colega do partido. Não tinha essa intimidade, essa relação pessoal que talvez...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Encontros com ele várias vezes?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Telefonemas?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Uma vez ou outra, teve, mas muito, muito ocasionalmente. Muito menos talvez do que possa parecer.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, não parece nada. A gente quer, primeiro, ouvir do senhor, para depois...

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, sim. Não, não, sim. É porque nós estamos nos conhecendo agora. Mas é o seguinte: evidentemente que ele é tesoureiro do partido de um tempo pra cá, de, sei lá, 2010, 2009, 2011. Não sei. Então, eu já o conheço de antes. Está certo?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Com a palavra o Deputado Rocha.



O SR. DEPUTADO ROCHA - Só para esclarecimento de uma questão que ficou pendente. Pelo que me consta, tenho aqui uma informação de que o depoente, quando esteve na gestão da FUNCEF, ele descumpriu a legislação mais especificamente no que diz respeito ao § 2º do art. 20 da Lei Complementar nº 109. Foi feito um saldamento, em 2014, no valor de 21 bilhões. E esse recurso foi feito exclusivamente com o recurso da reserva dos participantes, sem a participação, sem o aporte da patrocinadora. É o que contraria a legislação vigente. Eu queria saber... Só queria que ele esclarecesse melhor. Ele ficou de esclarecer isso. É só esse ponto a que eu queria me prender.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Deputado Samuel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - É o Deputado Rocha.

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Desculpe-me, Deputado. Deputado Rocha, desculpe-me, viu? Quero dizer para o senhor o seguinte: na questão de saldamento, se tem um negócio, um assunto número um de todo esse período aí, é a questão do saldamento. O que é saldamento de um plano? É preciso lembrar que esse tal de Plano REG/REPLAN, que era um plano de benefício definido, benefício definido ao qual sou crítico — e há alguns fundos no Brasil que ainda têm —, ele estava fechado desde 1999, e tinha várias ações judiciais contra ele. Então, criamos uma discussão tripartite. Então, para se fazer o saldamento de um plano, precisa-se de recursos. Eu sei que é um assunto técnico, complexo. Há pessoas inclusive da área que entendem até muito mais. Mas eu vou fazer um esforço de explicar de uma forma dentro do que eu domino e pedagogicamente.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Por que não foi utilizado recurso da patrocinadora também?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não. Não, não é isso, Deputado. Veja bem: o senhor pode ter certeza de que o sindicato, inclusive o sindicato dos aposentados, que migraram... Foi feito um plebiscito, foi feito um plebiscito com todos os funcionários da Caixa. E 81% disseram que eram favoráveis ao saldamento.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Então, o senhor está me dizendo que os participantes autorizaram.



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Claro! Inclusive, o saldamento é opcional! Ele não pode ser obrigatório! Viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Bom, eu entendo que V.Exa. já usou o tempo novamente.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Já? Última pergunta. E qual o benefício para quem saldou?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Mas foi muito importante, muito importante! O benefício sabe qual é, Deputado? Eu tenho que responder isso porque é importante. Esse aumento de 30% aqui... O senhor tem relacionamentos e o senhor pode chamar as representações dos aposentados de todos os Estados, as representações da FENACEF. Vocês não vão dizer que não foram importantíssimos para eles, porque eles estavam há 9 anos com os seus benefícios congelados. Eles estavam há 9 anos com os seus benefícios congelados nos anos 90; inclusive, eu peço àqueles que estão aqui, da FUNCEF — que eu não sou mais, eu não posso mandar nada, eu não mando mais nada —, peço a eles que mandem para o Deputado Rocha um esclarecimento fácil sobre saldamento, que respondam isso a ele e que mandem para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Não há mais inscritos para fazer arguição do depoente, do Dr. Guilherme Lacerda.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, só para consultar. O meu requerimento, então, vai ficar para a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Não, apenas, se V.Exa. me permitir, eu vou encerrar o depoimento do Deputado Guilherme Lacerda, para responder às questões natureza de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Promoveu-o a Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Deputado Paulo Teixeira! Aqui, Deputado Marcus Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Que bom, né? O Guilherme foi promovido a Deputado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Não. Desculpe-me. É o Dr. Guilherme Lacerda.



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Dr. Guilherme Lacerda, eu queria fazer uma pergunta que acho importante que não foi colocada. Evidentemente que muitas perguntas que eu iria fazer na sequência foram colocadas pelos colegas. Então, eu não vou repetir. Mas há uma aqui que não foi colocada. Evidentemente que muitas perguntas que eu iria fazer na sequência foram colocadas pelos colegas. Então, eu não vou repetir. Mas há uma aqui que não foi colocada por nenhum dos colegas. Acho importante que eu fale sobre o Aeroporto de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - É André Franco Montoro o nome do Aeroporto de Guarulhos.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Que saudade, hein! A política era outra coisa na época do Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Muito respeito pelo André Franco Montoro.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, só encerrando...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Só um minutinho, Deputada Erika. Só um minutinho, Deputada. Eu queria perguntar ao Guilherme: qual a garantia... A FUNCEF investiu 16 bilhões e meio no Aeroporto de Guarulhos. Essa é a informação que nós temos. Bilhões. É a informação que nós temos. Do capital investido, serão 16 bilhões nos próximos 20 anos, junto com a rentabilidade do investimento. Se a própria INVEPAR já divulgou que os investimentos no Aeroporto de Guarulhos deram prejuízo, como explicar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Interessante. A Deputada conhece. Entende da questão de aeroporto também, né?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, sim, sim...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Ela conhece de tudo. Como explicar para os participantes que foi um bom negócio, que já no primeiro ano teve prejuízo? Essas negociações, Dr. Guilherme, eu acho que foram iniciadas antes de 2010, na FUNCEF, para investimento no Aeroporto de Guarulhos, exatamente na empresa criada, que foi a INVEPAR, para administrar um consórcio. Eu estou perguntando o seguinte: como nós vamos responder a quem investiu e à sociedade



se os investimentos da FUNCEF foram aplicados num negócio que, no primeiro ano, já estava declarado que deu prejuízo?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Sr. Deputado Marcus Vicente, se tiver tempo, acho que é importante fazer essa pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - E a participação da INVEPAR, só para esclarecer para os presentes — desculpe-me, Deputado Paulo Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Deputado, o seu tempo, ainda que renovado, já está concluído novamente. Mas eu vou dar mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Deputado, nós estamos numa casa parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Sim, mas há uma regra para todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Não, não. Nós estamos numa casa parlamentar. Eu tenho direito também, Deputado. Quantas vezes eu o ouvi da tribuna e o fiz com toda a educação, para respeitá-lo como Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Eu o respeito como Parlamentar.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Por favor. Então, a INVEPAR é composta por um consórcio, e nesse consórcio há quatro pessoas denunciadas na Operação Lava-Jato, e no primeiro ano o investimento deu prejuízo. Não houve retorno. E esse recurso veio da FUNCEF. Como nós vamos explicar isso?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Posso falar? Deputado Marcus Vicente e demais, é o seguinte: primeiro, sobre a INVEPAR. A INVEPAR é uma empresa de infraestrutura. É uma das empresas mais rentáveis que há no Brasil. E são dados que estão disponíveis. Ela não abriu capital. Ia abrir, mas não abriu. Eu tenho que me ater ao período em que eu fiquei. Vou falar da INVEPAR, que eu conheço. Ela foi criada em 2000. Tinha uma participação de 83% da PREVI e 17% da OAS. Eles tinham a Linha Amarela. Ganharam a concessão da Linha Amarela no Rio de Janeiro. Depois, eles fizeram parceria com um grupo chamado GP, que não deu certo, e desativaram. Nós, da FUNCEF, vivíamos com vontade de entrar na INVEPAR. Nós às vezes discutíamos com a PETROS, com vontade de entrar. Era uma empresa de infraestrutura. Posteriormente, a INVEPAR ganhou



algumas concessões. Ganhou a de Marechal Rondon, que é uma estrada lá de São Paulo. E havia uma participação — nós tínhamos um imbróglgio com o Citibank e Opportunity — do metrô do Rio de Janeiro. Quando nós conseguimos desamarrar o problema, Deputado Marcus Vicente, com o Opportunity, nós fizemos um acordo com o Citibank e nós e a PETROS a parte do metrô que a PREVI também tinha. Nós compramos a parte do metrô do Rio de Janeiro. E esse montante nós pusemos na INVEPAR. Alguma coisa — eu não tenho segurança plena dos números exatos —, mas alguma coisa próxima de 1 bilhão. Nós compramos por algo próximo de 1 bilhão. Hoje, em dia a participação da FUNCEF... Um bilhão no metrô. Estou falando de nós e PETROS. Está certo? Depois, evidentemente que a FUNCEF foi colocando outros montantes com outros ativos, inclusive esse de que o senhor está falando — eu não vou fugir, vou colocar —, que não é do meu tempo. Essa empresa, INVEPAR, disputou as concessões do Aeroporto. E ganhou a concessão lá com uma empresa da África do Sul, Guarulhos. Hoje, essa participação... Eles estão inclusive, pela situação da OAS, pensando em alienar, em vender. É algo em torno de dois e quinhentos a dois e oitocentos bilhões, pelo que eu olhei, inclusive agora, dos dados que me deram. Então, foi um resultado... Eu sei também, porque fui informado rapidamente que o Presidente da PREVI esteve aqui e mostrou o quanto investiu e o quanto deu hoje. Então, o que há lá dentro? E depois tem que explicar. Há lá dentro o Aeroporto de Guarulhos, a Linha Amarela, o metrô do Rio de Janeiro, que pertence à INVEPAR, e há também uma empresa que não é do meu tempo. Não avaliei, mas, pelo que tenho de informações, é valiosa e que foi um bom negócio. Pegaram a participação de Linea Amarilla, que é de Lima, no Peru, que a OAS havia ganhado e trouxe para dentro da INVEPAR. Há também a participação de outras estradas menores. Uma estrada que há em Salvador, que vai a Sauípe e que pertencia só à PREVI. Então, não houve uma participação direta da FUNCEF nessa participação de Guarulhos. Houve através da INVEPAR. A FUNCEF tem 25%, a PETROS tem 25%, a PREVI tem 25,4% e alguma coisa, e a OAS tem 24% e alguma coisa. Então, eu acho importante mostrar a importância desses fundos. E termino dizendo o seguinte: investimento em infraestrutura... Eu não falei isso — viu, Deputado Marcus Vicente? —, mas posso passar para o senhor, que fez uma introdução tão boa dizendo da sua preocupação com esse setor tão importante.



Olha, investimentos eu estudei e fui ler. Os fundos de pensão do Chile criaram um título específico para isso, para investir em infraestrutura. Os fundos canadenses, os fundos americanos, todos eles investem em infraestrutura. Por quê? Porque são investimentos de longo prazo. Então, o fundo de pensão tem que ser um capital paciente. Ele não pode ser leniente. Não pode ter desvios. Não pode ser um fundo desleixado e entregar só para gestores de fundos. Tem que ser um fundo paciente. Eu acho que a INVEPAR foi um excelente negócio. Se ainda tem um prejuízo num período inicial, agora, pelo que eu sei, está dando um resultado em termos de pessoas acima da expectativa. Não conheço detalhes desses investimentos mais recentemente. Muito obrigado pela sua pergunta, por me permitir falar sobre infraestrutura. É por isso inclusive que sempre defendi infraestrutura. Era o meu sonho. Vim para ajudar aqui para falar sobre infraestrutura. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concluída, então, finalmente, a nossa oitiva. Ainda temos mais uma. E o Sr. Luiz Fernando Lopes Filho, gentilmente e de forma muito tolerante, está ali para contribuir também com a oitiva.

Só um questionamento, Dr. Guilherme, como eu tive que sair algumas vezes. Perguntaram do seu conhecimento com o Vaccari e com o Luiz Gushiken. Mas com o José Dirceu, você respondeu se tinha contato com ele?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Também conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E tratou de temas referentes à FUNCEF com o mesmo?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Especificamente do negócio, nunca, a não ser quando ele era Chefe da Casa Civil, em que discutimos um assunto que infelizmente não deu para falar aqui, que é o assunto das ferrovias brasileiras, que nós enfrentamos lá, que estavam à beira da bancarrota. Quando ele era Ministro da Casa Civil, discutimos sobre isso, não só com ele, mas com o Ministério da Fazenda. O atual Ministro da Fazenda era Secretário do Tesouro. Discutimos na ANTT. Então, foi essa a nossa relação específica sobre a empresa. Fora disso, nunca discutimos empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele chegou a orientar esses investimentos então?



O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Nenhuma empresa. Essa questão da ferrovia é de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, mas ele chegou a orientar a forma da FUNCEF com vocês?

O SR. GUILHERME NARCISO DE LACERDA - Não, discutimos o problema — que a empresa estava à beira de quebrar. Era uma concessão que ia dar um prejuízo enorme para a FUNCEF e para a PREVI, principalmente, está certo? Então, nós levamos o problema. É uma concessão pública, que passava... Conversamos com o Governador — que, na época, era e, agora, é o atual — Alckmin. Estive várias vezes com o Governador Alckmin, com o Governador Blairo Maggi, pessoa que foi sempre muito envolvida com o tema. Assumimos o compromisso de ampliar de Alto Araguaia para Rondonópolis em 260 quilômetros. Então, qual foi a coisa mais difícil da FUNCEF? Foi resolver o problema das ferrovias. E isso nós discutimos lá atrás com o ex-Ministro. Mas, depois disso, nunca mais. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a colaboração de V.Sa. por ter respondido às perguntas de todos os Deputados e Deputadas.

Passamos à oitava do Sr. Luiz Fernando Lopes Filho.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. me permite usar a palavra para uma questão de ordem?

Sr. Presidente, nitidamente ocorreu um esvaziamento da nossa reunião, o que, inclusive, impede que nós apreciemos qualquer requerimento, porque não temos quórum para deliberar. Mas temos quórum ainda para as oitavas.

Eu consultei todos os Parlamentares que aqui estão, na perspectiva de que, com todo o respeito ao senhor depoente, que, inclusive, está esperando pacientemente desde as 9h30min, nós pudéssemos deixar a sua oitava para um próximo momento, uma próxima sessão, para esse depoimento, a participação e os esclarecimentos serem mais ricos, com a presença de mais Parlamentares.

Eu entendo, respeito e peço desculpa por estar formulando esta questão, mas eu gostaria que este depoimento, como todos os outros, contasse com muito contraditório, com muitas contribuições, de visões diferenciadas. E nós temos um esvaziamento, que vai se aprofundar. V.Exa. sabe. Não haverá mais Ordem do Dia; e amanhã é feriado. As pessoas tendem a voltar para os seus Estados.



Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por isso, a ideia é concluir rapidamente. Vamos terminar. Entendo o apelo de V.Exa., mas nós temos um calendário a ser cumprido. E o feriado é amanhã; hoje ainda é dia de trabalho. Vamos concluir as nossas ações, está bom?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu sei, Presidente, que hoje é dia de trabalho. Nós temos muito trabalho ainda. Entretanto, vai ser um prejuízo para esta CPI — penso eu — nós não termos a presença de vários Parlamentares que têm contribuído com uma visão ou com outra visão acerca dos trabalhos desta Comissão. Mas V.Exa. tem o poder de decidir sobre isso. Todos os Parlamentares — eu fiz questão de consultá-los — sugeriram que nós deixássemos para uma próxima reunião o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está autorizado o Sr. Guilherme a deixar o recinto.

Convido o Sr. Luiz Fernando Lopes Filho para tomar assento à mesa. Parece-me que o Relator tem especial interesse. É dele o requerimento para a oitiva do Sr. Luiz Fernando Lopes Filho. Vejo que poucos Parlamentares terão interesse em questionar. Na visão desta Presidência, a fala do Relator abarcará praticamente todas as perguntas necessárias.

Passemos rapidamente à próxima fase da nossa reunião. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O termo de compromisso, por favor.

Será lido pelo Sr. Luiz Fernando Lopes Filho o termo de compromisso, neste momento trazido pelo Secretário da Comissão.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço. O senhor dispõe do tempo de 20 minutos para fazer uma apresentação inicial. Gostaria de usá-lo? *(Pausa.)* Por favor.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Mais rápido do que 20 minutos, certamente. Não, só pegando o gancho do Guilherme, também sou economista. Eu



me formei na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, atual UFRJ. Comecei minha vida profissional trabalhando na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, fundando o Departamento Técnico. Lá estive durante um ano. A seguir fui trabalhar sempre a convite, no Fundo Crescinco, que era o maior fundo de investimentos deste País, na área técnica, durante dois anos. A seguir fui trabalhar no Banco Brascan de Investimentos, um banco da Light, que recebeu os recursos da desapropriação no Rio de Janeiro dos ativos da Light e que se comprometia a reaplicar 75% daqueles recursos no País, e lá fiquei por 4 anos. Também nós tínhamos uma carteira de ações e fazíamos aplicações diversas enquanto não chegávamos a escolher exatamente as empresas onde o banco ia participar. E, posteriormente, durante oito anos, trabalhei numa corretora de valores coordenando uma equipe técnica que geria fundos — foi a época do Fundo 157 — e carteiras de investimento. Em 1977 nós tínhamos uma atividade em mercado, que estavam se desenvolvendo, diversos novos participantes, os bancos de investimentos estavam mais ativos, as seguradoras eram obrigadas a aplicar parte das suas reservas técnicas no mercado acionário e havia uma regulamentação que estava prestes a sair de obrigatoriedade de aplicação de recursos das fundações de seguridade social no mercado acionário. Tive a ideia, a CVM havia sido constituída em 1976, e, entre as atribuições da CVM, ela tinha de regular os consultores de investimentos. Eu digo que, olha, acho que depois de 15 anos trabalhando no mercado, sempre na área técnica, eu tinha, enfim, uma formação e uma capacitação para tentar montar uma consultoria de investimentos. Eu montei uma consultoria de investimentos independente, a Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos, do qual eu sou titular, exatamente oferecendo esses serviços de avaliação de mercado de valores mobiliários para aplicadores de recurso de uma forma geral. E vocês vão me perguntar: e a LF Rating? Em 2002, nós já tínhamos 25 anos de atividade, já com uma carga. Os analistas que trabalharam conosco sempre ficaram muitos e muitos anos na casa, e o mercado de títulos privados começava a prosperar. E eu achei que nós poderíamos ter uma atuação nessa área. Eu sabia que nós tínhamos que eliminar conflitos de interesses que pudessem haver, mas constituí, enfim, uma divisão da Lopes Filho, que veio a se chamar LF Rating. Durante 10 anos trabalhamos... São inúmeros e inúmeros *ratings* realizados naquele período, e até



que, em 2012, o Governo, a CVM resolveu regulamentar a atividade das agências de *rating*. Havia, naquela altura, seis empresas atuando no País, as três grandes multinacionais, e três empresas brasileiras, entre elas a LF Rating. A CVM insistiu um pouco que era conflitante você ter atividade de consultoria e atividade de avaliação de risco. Apesar de haver essa separação — e nunca tivemos nenhum conflito desde que começamos — em 2012, por causa disso, nós fomos criando uma maneira de transformar a LF Rating numa outra entidade, uma empresa à parte. E a LF Rating é um nome fantasia. O nome da empresa que sucedeu essa atividade na Lopes Filho é Argus Classificadora de Risco. E continuamos muito ligados, apesar de, enfim, ser uma outra empresa hoje totalmente separada da Lopes Filho. Fazemos *ratings* os mais diversos, *ratings* corporativos que envolvem instituições financeiras, fazemos *ratings* corporativos de empresa propriamente dita. Fomos pioneiros no Brasil de fazer *rating* de empresas de cooperativa de crédito. Nós fazemos... Fomos o primeiro CRA no País, recebível agrícola; fomos nós que fizemos essa classificação e dos diversos e inúmeros títulos que você tem em mercado ou que teve no mercado, desde os títulos agrários, o CDCA, os CPRs, na área imobiliária, nos CCIs, os CRIs, debêntures, notas promissórias. Enfim, em toda a gama de títulos, nós, enfim, em algum momento, estivemos mais ou menos envolvidos. A nossa metodologia de análise, ela é uma tradicional. Quer dizer, eu estou dizendo que existe todo um embasamento de análise de empresas para efeito de mercado. Essa análise foi absorvida, foi aprimorada. Nós fazemos questão que os nossos técnicos tenham uma reciclagem. E, enfim, no correr desses anos, foi uma indústria crescente, mas que não tem tido muito sucesso nos últimos tempos. Enfim, a crise econômica nos envolve, a taxa de juros é elevada, que é um grande inibidor para o desenvolvimento no mercado de títulos privados, o que é uma pena. Mas, enfim, é esse o momento atual. Sr. Presidente, eu acho que 2 minutos foi bom? Um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está dentro do nosso escopo. Eu agradeço a objetividade.

Com a palavra o Relator, para o tempo de 30 minutos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, caros colegas, já estamos aí quase no meio da tarde. E hoje, com dois depoimentos e uma parte



deliberativa, teríamos um terceiro depoimento que infelizmente, com atestado médico de hoje pela manhã, não pôde estar, que era o pessoal da ASM.

E a ASM, ela é uma administradora de recursos que tem, em algum momento, uma ligação com o BNY, a Canabrava, e vai aí, com a LF. Por isso que nós gostaríamos de ter ouvido os dois ao mesmo tempo.

Mas, Sr. Luiz Fernando, obrigado pela presença de V.Sa. Inicialmente eu gostaria de entender. No Brasil, nos últimos tempos, nós temos ouvido falar muito em agências de risco, principalmente pelos graus de investimentos do País. E a população começa a entender que isso é algo que não vem de agora. Isso vem de muito tempo. Os fundos de pensão investigados por esta CPI, aqueles que já passaram por aqui, depoentes, sejam eles diretores ou não dos fundos de pensão, sempre colocaram que os seus investimentos de capital, do patrimônio, dos beneficiários sempre se davam de uma forma com uma análise de risco profunda, e quem fazia essa análise de risco eram as agências. A empresa de V.Sa. aparece em várias análises de risco dos fundos de pensão, por isso a convocação para prestar depoimento nesta Comissão.

Quem contrata e remunera a agência de *rating*? É a empresa que avalia ou são os possíveis investidores? Quem faz essa contratação?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É universal, é quem contrata. Quem contrata normalmente é o emissor, a empresa ou o banco que você classificar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É quem quer vender para os fundos de pensão. É isso? Quem está montando uma estruturação de um investimento.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não necessariamente tem que ter *rating*.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, mas no caso de um investimento em que um fundo de pensão é incitado a participar daquele investimento e tem uma agência de risco. É o fundo de pensão ou é quem estruturou o fundo que contrata?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, é quem estruturou o fundo ou o emissor do papel.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ou o emissor do papel. Tá. Isso não poderia representar um conflito de interesses? Como avaliar negativamente quem o remunera?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Poderia, sem dúvida nenhuma. Agora, acontece que tem mais de 100 anos que isso assim funciona mundo afora. Eu diria o seguinte: se a empresa que está fazendo a emissão ou o banco que está querendo ser classificado viesse a exercer influência sobre a sua avaliação, você perderia a sua reputação perante os tomadores, os demandadores. Por que as empresas sobrevivem? Eu não tenho dúvida de que é porque acertam mais do que erram.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É isso. Quer dizer, nas análises... As análises são demonstradas em relatórios. O senhor deve ter algum relatório em mãos. Enfim, são relatórios profundos, não são extensos, mas são profundos o suficiente para que haja uma das pernas de uma tomada de decisão de investimento. Decisão de investimento tem três pernas: o risco, a rentabilidade e a liquidez. A agência de *rating*, a agência classificadora, provê uma das pernas, a avaliação sobre uma das pernas, que é o risco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - As agências de *rating* têm algum órgão controlador? Elas seguem...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - A Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A CVM. Elas têm algum regramento?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Tem um regramento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tem alguma resolução, uma lei?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É uma instrução da CVM que regula. Anualmente, tem um cadastro na Comissão de Valores Mobiliários que precisa ser atualizado. Você demonstra os *ratings* que você fez, que erros e acertos que você teve. Tudo isso, enfim, existe dentro da CVM e é público.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No processo de *rating*, conforme descrito na página da LF Rating, na Internet: "*As informações utilizadas na avaliação são fornecidas pelas próprias empresas avaliadas*". Há procedimentos de verificação



da veracidade. Existe algum procedimento de verificação da veracidade das informações fornecidas pelas empresas contratantes?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Há alguns casos diferentes. Por exemplo, instituições financeiras são obrigadas a tê-las auditadas. Então, a veracidade está dando pelo parecer do auditor. A veracidade é se você está avaliando a emissão de Certificado de Crédito Imobiliário proveniente de um loteamento. Você vai visitar o loteamento, para ver se ele existe, ver se ele foi arruado, enfim, se há uma infraestrutura que permita que o loteamento seja feito. Então, cada caso é um caso. Em todo caso, procura-se sempre averiguar, autenticar as informações fornecidas.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aqui na...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Em qualquer caso, Deputado, é sempre dito nos relatórios: tomamos como verdadeiras as informações fornecidas que constam desse relatório. Se houver alguma mudança ou se vier alguma comprovação de que elas não são verdadeiras, esse relatório não está válido. Aí seremos obrigados a fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Aqui nesta Comissão, alguns depoentes mencionaram que um *rating* positivo é preponderante para as decisões de investimento dos fundos de pensão. Isso não implica numa grande responsabilidade também da agência de *rating*?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos lá. O senhor considera que a LF Rating ou qualquer outra agência de *rating* que tenha avaliado positivamente investimentos que posteriormente se mostraram danosos aos fundos de pensão tem uma parcela de culpa nesses prejuízos?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É possível. Agora, quando nós somos contratados, nós temos uma cláusula de revisão sistemática. Essa revisão pode ser eventualmente semestral. Normalmente é anual. No correr do tempo, se você perceber que as condições econômico-financeiras, as condições do mercado específico, as condições de natureza conjuntural nacional tenham se deteriorado, certamente implicando...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No caso da LF, já...



O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - ... em degradação, está nessa classificação de risco. É algo dinâmico, não pode ser estático. As emissões normalmente são de prazos mais alongados. São emissões que têm 10 anos ou mais até.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No caso da LF Rating, ela já foi responsabilizada em algum momento, em algum caso, por eventuais perdas dos seus contratantes?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não. Existe um único processo envolvendo o Banco BVA, em que determinadas instituições fizeram aplicações num fundo, se não me falha a memória, Patriarca, que se destinava a comprar ações preferenciais do Banco BVA. Eles utilizaram uma análise da Lopes Filho, num determinado momento, que ainda concedia grau de investimento. Era um BBB, não sei se mais ou menos, na sua justificativa. Então, existe um processo que foi contestado. Pela nossa análise, não se destinava a avaliar as ações do banco, muito menos do Fundo Patriarca, que tinha como único objetivo a aplicação em ações do...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aqui está.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - ... Banco BVA.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O BVA era um objeto de perguntas um pouco mais adiante, mas, já que V.Sa. entrou neste caso, aproveitando, o Banco BVA publicou um balanço, com data-base de 2012, em que apresentou um lucro líquido de 97 milhões, com um Índice de Basiléia, que mede a alavancagem da carteira do banco, de 9,5, abaixo do mínimo exigido pelo Banco Central, que é de 11. A LF tomou conhecimento desses fatos quando essa informação era relevante para a alteração do *rating* atribuído ao Banco BVA?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Eu confesso que não sei qual é o nosso relatório. Se o senhor está vendo, enfim. Ah! Mas me recordo...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu estou dizendo da avaliação de risco...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - ... plenamente de que o Índice de Basiléia do banco vinha se deteriorando, e foi um dos motivos que levou a nossa classificação de risco, no caso de bancos ela é realizada a cada trimestre, a *down ratings* sucessivos.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela passou, então, a revisar a nota do BVA ou não?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Sim. Você revisa trimestralmente. Você pode confirmar ou não. Mas, em todo caso, a cada trimestre era... Enfim...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A LF chegou a ser pressionada ou sugerida por alguém para que os dados da nota fossem mantidos como base nos dados de 2011?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Porque os dados que nós temos é que a nota foi mantida com os dados de 2011.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Eu não tenho isso de cabeça, infelizmente, Deputado. Não sei se é o nosso último relatório. Também não me recordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A LF Rating já avaliou a Bridge Administradora de Recursos Ltda., do Sr. Zeca de Oliveira?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Bridge.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É isso, Bridge.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Como *rating* de gestão. O *rating* de gestão é uma outra classificação de risco que avalia se, como administradora de recursos, aquela instituição está apta a desenvolver bem os seus negócios enquanto gestora.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece o Sr. Zeca de Oliveira?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual foi a avaliação que a LF deu à Bridge? Não se recorda?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - LFg3 ou LFg2. Não sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor também possui uma empresa de consultoria?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Sim, sim. Como disse, a Lopes Filho permanece funcionando normalmente.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essa empresa recomenda investimentos a clientes?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Se essa empresa recomenda? É o que ela faz.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor faz análise de risco e outra empresa recomenda investimentos à clientes.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não. A análise de risco, hoje em dia, é feito por uma empresa separada.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, mas uma outra empresa.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - A Argus.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Da qual eu não participo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor não é mais sócio da Argus?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Eu não sou mais sócio da Argus. A Lopes Filho continua...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o senhor foi o responsável até 2014, até novembro de 2014?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Fui responsável até...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E sócio majoritário.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Da Lopes Filho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Da LF. Da Lopes Filho. Isso.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Da Lopes Filho Associados Consultores de Investimentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Que é a LF Rating?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - LF Rating é nome fantasia...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor era o sócio majoritário?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Era e sou.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, o senhor continua sócio da LF Rating?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não. Estou falando da Lopes Filho. Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas a Lopes Filho não é a LF? Não é a mesma?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não. A Lopes Filho vendeu a LF para a Argus. Inclusive, esse é o nome fantasia sob o qual ela trabalha. Era um nome forte e manteve. Foi constituída uma empresa, de nome Argus, que está registrada na CVM.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E vendeu para quem a Argus?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Para ex-analistas, ou até então analistas, da própria LF Rating, que era a Lopes Filho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quais os nomes?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Os nomes? Joel Sant'Ana, Kleber de Freitas, Rodrigo Pires, Julio Flávio Lima... Já disse todos? Kleber, Rodrigo, Joel Sant'Ana... São esses.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom. Eles eram analistas e viraram sócios proprietários de uma parte da...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi. Na verdade, era a Lopes Filho, que era detentora da LF Rating, e a Lopes Filho se desfez da LF Rating. Por qual razão?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Deputado, se o senhor entrar hoje num *site* da CVM, a Lopes Filho não mais aparece como uma empresa jurídica.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi. Mas por qual razão a venda? Não era uma empresa lucrativa?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Era lucrativa. Inclusive, acho que continua. Não foi uma pressão, mas em todo caso... A solicitação da CVM para que se evitasse esse conflito de interesse entre consultoria e avaliação de risco foi preponderante nessa decisão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a empresa de consultoria de V.Sa. utiliza os serviços da Argus?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela recomenda investimentos cuja análise de riscos é feita pela Argus?



O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Olha, durante todo o tempo, desde 2002 até 2014, enquanto a classificação de riscos era feita pela Lopes Filho, nós nunca tivemos esse caso. A CVM questionou muito, e eu disse: “*Olha, nunca tivemos esse caso*”. Quer dizer, uma empresa que tenha sido classificada ou os seus títulos pela Lopes Filho recomendados, porque nós não temos empresas abertas classificando o risco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A empresa de consultoria de V.Sa. já recomendou investimentos a fundos de pensão?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Sim, sim, desde o começo, desde 1977,19 78.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Agora, no período mais recente, de 2013 para cá, recomendou para os fundos PETROS, FUNCEF, POSTALIS e PREVI?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Nós trabalhamos dentro de uma metodologia chamada consultoria compartilhada. Toda análise que sai da consultoria é encaminhada simultaneamente — antigamente era papel, hoje em dia Internet — para uma gama grande de clientes. O PETROS já foi cliente, hoje não é...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O POSTALIS...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - O POSTALIS é cliente. A FUNCEF já foi cliente, mas creio que não é mais no momento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PREVI...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - A PREVI é cliente. Enfim...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor visita os diretores dos fundos de pensão? Como o senhor oferece?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não. Tem uma área técnica que faz contato com os clientes de uma forma geral, não só às fundações de seguridade social, que averigua essa parte técnica, as áreas técnicas, se os clientes estão precisando de alguma coisa, se estão satisfeitos, se têm alguma sugestão, etc.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Lembro que o senhor está sob juramento.



Em algum momento houve alguma recomendação de políticos ou de partidos políticos para que o senhor indicasse algum investimento?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PREVI adotou como política aceitar as agências de *ratings* emitidas por apenas agências internacionais?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É uma pena, e vou lhe dizer por quê. Certamente, as equipes, os analistas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vou só complementar a pergunta. Inclusive a PREVI nos disse em depoimento que as agências de análise de risco do Brasil eram pouco confiáveis. Por isso, eles estavam buscando maior segurança para seus investimentos, buscando as agências de fora.

Por favor, pode responder.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É uma pena. Eu não tenho dúvida, com 53 anos de mercado, que o analista brasileiro tem uma sensibilidade, uma *expertise* tão boa quanto o externo. Ele tem essa sensibilidade porque vive, conhece aqui, ele sabe como as empresas se constituíram, como o setor se desenvolveu. É totalmente diferente de se pegar as informações públicas ou disponíveis e mandar para um analista sediado em Nova Iorque ou na Cidade do México. Enfim, é uma pena.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece o caso dos investimentos da Usina Canabrava? Foi a LF que fez a recomendação?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - A LF fez uma recomendação sobre Canabrava, sim. Era uma usina ao redor de Campos, no Estado do Rio, tinha um benefício fiscal do Governo do Estado em termos de ICMS, mas não sei, não prosperou, não sei se teve problemas de plantação de cana. Em todo caso, fizemos, mas depois o contrato foi rompido e eles não quiseram continuar com o contrato.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A análise de risco feita pela LF foi positiva, que o investimento era seguro ou não?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Certamente, deve ter sido um BBB, que é o nível mínimo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aqui diz que é um A+. Um A+ é uma análise de que grau de risco? Alto? Baixo?



O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não. Baixo risco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Baixo risco?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Baixo risco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Com todas as ressalvas que o processo da Canabrava tinha, como foi possível apresentar uma avaliação com essa categoria a mais?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Se eu soubesse que o senhor ia me perguntar especificamente, eu teria me preparado, lido esses relatórios, mas o processo de classificação de risco é feito por um analista, que faz a *due diligence*, leva as informações para um comitê, que é composto de quatro ou cinco pessoas que analisam aquilo e determinam, de acordo com o seu conhecimento e a sua sensibilidade, que classificação de risco aquela emissão, aquela empresa ou aquela instituição pode ter. Num determinado momento, a coisa pode ser muito boa, e a gente não pode, enfim, ficar somente olhando pelo retrovisor e dizer: “*Quebrou*”. Mas, naquele momento, quando você viu pela primeira vez, a coisa estava bem equacionada.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Veja só, Sr. Luiz Fernando, foi algo muito rápido. A realização do investimento foi muito desfavorável na sequência ao POSTALIS. Na sequência, eu queria saber de V.Sa. quem contratou a LF? Foi a BNY Mellon ou foi a Artis Gestora de Recursos S.A.? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Para efeito de análise de risco de gestão?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Foi a British.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para fazer a análise da questão da Canabrava?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, da Canabrava, não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá, mas a LF fez uma avaliação de risco da Canabrava.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Fez, fez.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem contratou a LF? Foi a BNY ou foi a Artis?



O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor não se recorda?

A Artis Gestora de Recursos S.A. tem hoje uma nova denominação, que é ASM Administradora de Recursos S.A., que inclusive era para estar aqui depondo no dia de hoje, mas, por questões de saúde, não pôde.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Mas o contrato foi com a Canabrava, até onde me recordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como o senhor avalia o fato de que a LF Rating está no DNA das suas operações ruinosas para fundos de pensão, tais como Canabrava, Banco BVA, sendo que o negócio foi realizado quatro dias antes da intervenção do Banco Central? Como o senhor avalia o fato de a LF errar com tamanha grandeza, já que é uma empresa de tamanho porte e de tantos anos?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Bom, foram pinçados aí alguns *ratings* que não performaram de acordo com o que nós tínhamos previsto, mas vamos convir que foram centenas de *ratings* emitidos no correr desse tempo. Então, vamos pinçar dois ou três, enfim, que não sucederam como se esperava. É natural. Enfim, nós somos humanos, sujeitos a erros.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É, mas quem vai pagar são os beneficiários dos fundos de pensão com as suas aposentadorias.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Se eu acertasse sempre ou se a LF Rating acertasse sempre, certamente não cobraria o que cobra.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na questão da Canabrava, Sr. Luiz Fernando, todos os indicadores davam que era um péssimo negócio, mas a agência da qual V.Sa. era o controlador foi lá e deu uma avaliação A+. Se V.Sa. prestou atenção no roteiro das minhas perguntas, os fundos de pensão utilizavam e utilizam o grau de investimento fornecido pelas agências de risco como um papel preponderante para eles fazerem o investimento. Então, eles acreditam piamente, e o fato de ter um cenário péssimo para investimentos fez com que, com um dado de uma agência de risco com uma avaliação de A+, fosse feito o investimento, e hoje o prejuízo é gigante do fundo POSTALIS nesse investimento.

Eu tenho aqui uma outra pergunta a V.Sa.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O da PETROS também, Relator. Foram 350 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Deputado Marcus Pestana nos lembra que a PETROS também, não só o POSTALIS.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Deputado, posso...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pois não, Sr. Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Em Canabrava... Não, agora...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu vou lhe fazer uma outra pergunta aqui: o senhor conheceu o Sr. Alexej Predtechensky, que era o russo?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi presidente do POSTALIS?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Sr. Adilson Florêncio da Costa?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Conheceu algum gestor, gerente, presidente ou diretor do POSTALIS?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É possível que sim. É possível que sim. Afinal de contas, são muitos e muitos anos de mercado, indo a congressos, inclusive em congressos da ABRATE. Acho que eu devo ter cruzado sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como o senhor nos explica, Sr. Luiz Fernando, a menção no relatório da CPMI dos Correios que apontou o seguinte:

“Por fim, afirma aquela nota do Sr. Mello e Souza, o retorno esperado pela ASM é da ordem de 10%.

A posição da Sub-relatoria não é criticar ou julgar qual o ganho do estruturador do FDIC, mas suscitar qual a alternativa mais apropriada para a Petros, em termos de investimento.

Há de se questionar a razão de um fundo de pensão participar de um investimento como o FDIC, que carrega papéis em ser (FCVS, além dos CVS), embora existam colaterais constituídas por cotas subordinadas, e que, portanto, limitam o risco de perda, mas não o elidem.



Por outro lado, se havia interesse nesse tipo de papel, a Petros poderia ter negociado diretamente com a Rioprevidência. Em outras palavras, os fundos de pensão, como a Petros, acabaram pagando um preço excessivo.”

Em face da avaliação de risco produzida pela empresa de V.Sa., a ASM era mais interessada nessa pergunta. Então, vamos deixá-la para a próxima... quando ele puder vir depor.

Para finalizar, V.Sa. poderia nos esclarecer os motivos pelos quais os ativos provisionados no POSTALIS obtiveram avaliação considerada como baixo risco na faixa de *rating* A na agência? Na sequência, o senhor acha adequado uma agência atribuir um grau de risco positivo sem ao menos diligenciar quanto à veracidade das informações, como ocorre em relatórios de *rating* emitidos pela LF?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Bom, eu creio que não entendi totalmente a pergunta, mas, em todo o caso, volto a insistir: toda documentação que nos é entregue para avaliar o risco de qualquer classificação que nós fazemos é bastante esmiuçada. Nós procuramos contatos, procuramos esclarecimentos adicionais e nos respaldamos na área legal e em pareceres de escritórios de advocacia. Quando necessário, é solicitada uma avaliação por avaliadores de imóveis. Enfim, há sempre uma diligência no sentido de buscar formar opinião da melhor maneira possível.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Luiz Fernando, o Sr. considera necessária a avaliação de risco pelas agências para investimentos dos fundos de pensão? V.Sa. não acha que os fundos têm capacidade própria de fazer essas avaliações?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Respondendo a sua pergunta, não acho. Acho que os fundos têm ou deveriam ter capacidade de fazer essas avaliações. Agora, tem que se tomar cuidado, porque é uma segunda opinião, o que é sempre bom.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto ao contrato de honorário das agências de risco, como é feito normalmente? Em cima de um percentual de êxito? Como é feito?



O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, é um valor absolutamente fixo que independe do tamanho da emissão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Depende do resultado ou não?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não depende do resultado nem do tamanho da emissão. É um valor fixo calculado pela média de horas/homem que nós temos historicamente para realizar uma classificação de risco.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor acha necessário ter um órgão controlador ou com regras mais rígidas, além da CVM, para as agências de risco?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não. Eu acho que a indústria é muito pequena para ter um órgão regulador. A indústria, hoje em dia, tem sete instituições envolvidas, umas três multinacionais e quatro nacionais, com uma meio inativa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem. Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Por nada, Deputado Sergio!

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu vou ser muito econômico, porque nós estamos aqui num jejum cívico. Eu não quero submeter a plateia, a nossa assessoria técnica nem muito menos o futuro Ministro da Justiça a um jejum desse quilate. Por isso, eu vou ser muito econômico.

Dr. Luiz Fernando, eu acho que nós estamos aqui elucidando um campo em que necessariamente, na fase propositiva desta CPI, vamos ter que atuar.

As agências de *rating* — a minha formação também é em Economia — têm como papel essencial dar segurança ao investidor. Eu vou me ater só a três investimentos. No Banco Santos, a intervenção do Banco Central foi no dia 12 de novembro de 2004. Houve uma audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação no dia 7 de dezembro de 2004, logo depois.

O então Diretor-Presidente do POSTALIS disse sobre o Banco Santos:

“Contamos também com assessorias técnicas especializadas. Percebo que está neste recinto um dos



nossos consultores, o Sr. Luiz Fernando Lopes Filho, que faz análise de risco bancário para nós. Somos clientes da Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos, com o seu produto RISKbank”.

Então, o Banco Santos tinha *rating* positivo. A sua empresa de classificação de risco aconselhou o POSTALIS a ser investidor no Banco Santos, que sofreu uma intervenção e depois veio a liquidação.

Ato contínuo, o Relator já explorou esse assunto. Paralelo a isso, muito semelhante ao Banco Santos, qualquer dos meus estudantes de Economia, lendo o balanço do BVA de junho de 2012, com o grau de alavancagem que ele tinha e com o lucro líquido negativo, obviamente não dariam A+. O interessante é que nesse balanço de junho o POSTALIS e dezenas de fundos municipais, estaduais e outros, como a própria PETROS, aportaram recursos no BVA, mas particularmente o POSTALIS, depois desse balanço desastroso — e tendo como assessoria a empresa do senhor —, aportou em duas tranches, em agosto e setembro, 50 milhões de reais do patrimônio dos carteiros e dos funcionários dos Correios, depois de um balanço que dava lucro líquido negativo de quase 100 milhões de reais com um índice de alavancagem desenquadrado das regras do Banco Central. O investimento veio em agosto e setembro. Em outubro, o Banco Central interveio. Era corrente no mercado — eu também tenho contatos no mercado — que o BVA não fazia as operações de resguardar a solidez e as garantias dos seus fundos, o que é conhecido como travamento, para dar segurança. Só 15% dos títulos de direito creditício que formavam um dos fundos tinham alguma segurança. O BVA teve uma capacidade de sedução enorme: saiu de um banco de terceira linha para, vamos dizer, um de segunda linha entre os cinquenta maiores, a sua empresa deu *rating* altamente positivo, e o POSTALIS enterrou 50 milhões do patrimônio.

Em terceiro lugar, para não estender muito, em respeito à fome de todos os presentes, em relação à Canabrava, que também já foi explorada pelo Relator, o ambiente microeconômico do setor de açúcar e álcool era desfavorável. O Brasil desinvestiu muito — apesar da retórica caminhando em outra direção — no biodiesel, o que desestruturou uma das poucas heranças positivas do Governo militar, o PROÁLCOOL. Hoje, o Brasil poderia ser uma potência mundial, inclusive



mais ambientalmente correta, com essa matriz energética. Mas a Canabrava era de um empresário sem nenhuma tradição no setor, um ambiente microeconômico num segmento também desfavorável, uma estruturação de um investimento de 700 milhões onde a PETROS e o POSTALIS entraram com mais da metade do investimento no projeto, seguindo a orientação da sua empresa.

Então, nesses três casos, porque vai ser importante, quer dizer, só por isso, só por esses três casos, a LF já mereceria um *rating* negativo como agência de *rating*, porque eu não me fiaria — se bem que eu não sou investidor, sou classe média, não tenho reservas para investir — nos relatórios da LF, dado o insucesso das suas opiniões técnicas.

No caso do Banco Santos, do BVA e da Canabrava, quem era o contratante? O senhor reconhece... No caso do Banco Santos, a avaliação de *rating* era o Banco Santos ou o POSTALIS?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Perdão, Deputado. O Banco Santos não tinha uma avaliação de *rating* com a Lopes. O Banco Santos tinha... Ele era classificado num trabalho de avaliação de bancos que nós fazemos, e continuamos fazendo dentro da Lopes Filho, chamado RISKbank, que é essa avaliação de risco bancário. O contratante é qualquer um que queira ter informações sobre o sistema bancário nacional. Nós analisamos noventa e tantos por cento do universo de bancos brasileiro.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O POSTALIS não fez uma encomenda específica para avaliar o investimento?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não, não. Não existe uma encomenda específica do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É o produto geral RISKbank que...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ... ele se fiou em dar certo.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor não deu o A+ também para o Econômico, para o Nacional e para o Panamericano, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Deputado, mais uma vez, eu insisto, nós trabalhamos em cima de peças que estão auditadas, e que o senhor



toma, e qualquer um toma, como verdadeiras e autênticas. Se existe por ali algo escamoteado, algo que não foi detectado pelas inspeções do Banco Central...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas no caso do BVA o balanço era público.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Sim, o balanço era público. Nós também vemos que é um determinado prazo que você tem, e acho que o POSTALIS investiu por um prazo de 720 dias, se não me falha a memória, e me trouxeram o caso. Eu digo: *“Olha, a nossa melhor classificação é 360 dias, a melhor classificação, não a classificação a mais”*.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, porque o então, em 2004, Presidente do POSTALIS fala que o senhor era mais do que uma agência de *rating*, era um consultor, tanto que o senhor estava presente na audiência pública sobre o Banco Santos.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, eu fui convocado. Eu fui convocado para...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, o Presidente falou que o senhor era... O texto das notas taquigráficas diz assim:

“Contamos também com assessorias técnicas especializadas. Percebo que está neste recinto um dos nossos consultores, Luiz Fernando Lopes Filho (...)”.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Tá certo. Eu fui convocado para comparecer a essa sessão. Acho que foi a última vez que eu estive em Brasília.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - No caso do BVA, também era só o RISKbank? Não tinha nenhum estudo específico do fundo?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não, não. O BVA era uma classificação de risco feita pela LF Rating, contratada pelo banco, e que disponibilizava os nossos relatórios.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O banco contratava?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - O banco contratava.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, no caso, aqueles fundos todos, como PETROS, POSTALIS, que perderam dinheiro com o BVA?



O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não, não. O banco contratava. Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim. Foi impressionante, porque... O senhor se lembra do que o RISKbank falava do BVA em julho de 2012?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - O RISKbank?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual era a classificação, em agosto de 2012?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Da LF Rating?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É.

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Eu acho que o senhor falou aí: A, A+; A ou A+, não sei. Eu teria que ver. Eu me recordo que esse banco veio tendo uma diminuição na sua classificação, exatamente porque seus indicadores vinham enfraquecendo muito, especialmente o levantado pelo Deputado Sergio Souza, que era o Índice de Basileia deteriorado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só para reter. No caso da Canabrava, o contratante da avaliação de risco de vocês foi a própria Canabrava?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Foi a própria Canabrava.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Talvez, colegas...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não me recordo quem foi o estruturador. Falou-se nisso, mas eu não sei.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nunca houve nenhuma influência política, nenhum líder político, nenhum Presidente induzindo a LF a dar um determinado parecer?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Volto a afirmar que não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo.

Companheiros desta Comissão, Relator, eu acho que uma das questões que nós temos para a fase propositiva é a segregação dessas funções. As agências de *rating* passaram recentemente a serem reguladas pela CVM, mas eu acho que, na legislação, nós temos que impor que os fundos tenham a sua avaliação de risco, que a contratação seja dos fundos, e não aceitar que quem está oferecendo o papel também ofereça... Parece-me uma relação incestuosa e pouco clara.

Muito obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É bastante pertinente a sua sugestão. Estava aqui pensando exatamente sobre essa tranquilidade, porque, segundo a palavra do depoente — e isso acontece no mundo todo —, a agência de risco dá o parecer, mas no contrato está dizendo que ela não se responsabiliza por um resultado diferente daquele. É assim no mundo todo, mas é algo pouco compreensível.

Eu sugeriria que se fizesse um estudo de Direito Comparado — porque em terra de cego quem tem um olho é rei — para saber se é assim mesmo, porque funciona nos Estados Unidos, na Europa, onde as coisas têm mais tradição nessa seara, para adaptarmos a nossa legislação ao que existe. Mas essa sugestão particular do Deputado Marcus Pestana é muito interessante.

A sua empresa já deu a quem lhe contratou uma avaliação negativa de risco? Já existiu o: “*O seu negócio não presta*”?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Já. E normalmente o que acontece é que aquele título não é colocado. Enfim, desistem da operação. Isso acontece com uma certa frequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com uma certa frequência ou são casos esporádicos, isolados?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, com uma certa frequência mesmo, de a operação não ir adiante. Havia ressalvas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas o próprio contratante...?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Havia ressalvas em relatório suficientes que certamente desestimulariam eventual aplicador. Agora, volto a insistir que investimento tem um tripé: risco, liquidez e rentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Não sei se já foi questionado aqui, mas a LF Rating sofre processo da CVM hoje? Há alguma autuação?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a consultoria, também não?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A regulação sobre agência de *rating* é muito recente. Ainda não houve processo de fiscalização de auditoria da CVM na...

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - É, a regulação é de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na Justiça, o senhor, a LF Rating ou a sua consultoria responde a algum processo judicial?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Sim, essa do BVA, que eu falei, de alguns fundos de previdência que compraram cotas de um fundo de investimento — acho que Patriarca é o nome — exclusivamente destinado a comprar cotas de ações preferenciais do banco BVA. Nós não avaliamos esse fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para entender. Quem responde na Justiça?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - A Lopes Filho & Associados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A consultoria?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - A consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ela é ré?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Junto com o Banco Central, junto com muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. E os autores são os fundos de pensão, é isto? Os cotistas?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Cooperativas, fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Entendi. A PREVIC, o senhor tem conhecimento se ela se debruça sobre esse tema? Vocês sofreram alguma atuação ou deram algum tipo de informe à PREVIC sobre esse tema recentemente?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não. Não temos contato com a PREVIC. Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não é do seu conhecimento que a PREVIC, ainda agora no mês de outubro, concluiu uma atuação nos bancos BNY Mellon e BVA, incluindo como prova, inclusive, os *ratings* da LF Rating, para condenar os diretores do POSTALIS à época? Dessa operação o senhor não tem conhecimento?

O SR. LUIZ FERNANDO LOPES FILHO - Não, não tenho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois está em andamento.

Muito agradecido.

Deputado Paulo Teixeira, Deputado Enio Verri, não querem fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomada de depoimento do Sr. Cláudio Augusto Mente, que foi reportado pelo advogado do Sr. Alberto Youssef como intermediador de propina para os diretores da PETROS, e também do ex-Diretor Financeiro do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS, Sr. Adilson Florêncio da Costa, a realizar-se no dia 3 de novembro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.